GAZETA POPULAR

14/11/2026 | 28 Anos | Edição nº 1280 | gazetapopular.com

Passo do Sobrado e Vale Verde terão coleta de embalagens vazias de agrotóxicos em novembro



Leia mais: Páginas 12 a 13

Hospital São Sebastião Mártir anuncia suspensão da UTI Pediátrica após investimento de mais de R$ 16 milhões pela Prefeitura

Leia mais: Páginas 40 a 41



Heitor Schuch prega cautela sobre pacote fiscal, cobra corte de supersalários e defende subsídios ao crédito rural

Leia mais: Páginas 28 a 29

Comitiva de Vale Verde busca recursos para educação, máquinas e infraestrutura em Brasília

Leia mais: Páginas 24 a 25

Da queda do Império ao voto popular: os 137 anos da República no Brasil

Proclamado em 15 de novembro de 1889, novo regime nasceu de uma intervenção militar; participação popular e direitos democráticos foram conquistados ao longo das décadas

Por Gazeta Popular



O Brasil chega ao dia 15 de novembro de 2026 com 137 anos de República. A data marca a derrubada da monarquia de Dom Pedro II e a instalação de um governo provisório comandado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Mais do que uma mudança de governante, o episódio alterou a organização política do país. Entretanto, a participação popular que caracteriza as eleições atuais não esteve na origem do novo regime: a ruptura foi conduzida por militares, sem consulta à população.

A história republicana brasileira seria construída entre avanços, disputas e interrupções democráticas. Por isso, relacionar aquele momento ao presente exige distinguir duas questões: a adoção da República como forma de governo e a construção da democracia, com participação dos cidadãos e proteção de direitos.

Como a monarquia perdeu sustentação

O fim do Império resultou de um processo de desgaste. Após a Guerra do Paraguai, setores do Exército passaram a reivindicar maior reconhecimento e participação política. Conflitos entre autoridades militares e o governo imperial, atritos com a Igreja Católica e o crescimento das ideias republicanas contribuíram para enfraquecer a monarquia. A abolição da escravidão, em 1888, também integrou esse cenário de transformação e rearranjo dos apoios políticos.

Esses movimentos não significavam, porém, que existisse consenso nacional pela República. Conforme estudo do historiador Celso Castro, publicado pela Fundação Getulio Vargas, havia divergências entre os próprios republicanos e dentro das Forças Armadas. Deodoro, que se tornaria o primeiro presidente, entrou no confronto principalmente por questões ligadas à defesa do Exército, e não por uma trajetória de convicções republicanas.

O que aconteceu em 15 de novembro

Na madrugada e na manhã de 15 de novembro de 1889, tropas se mobilizaram no Rio de Janeiro, então capital do país. Deodoro assumiu o comando dos militares rebelados, que se dirigiram à região do Campo de Santana. O movimento derrubou o gabinete chefiado pelo visconde de Ouro Preto, presidente do Conselho de Ministros do Império. Ao longo do dia, a ruptura avançou até a formação do governo republicano.

O Decreto nº 1, de 15 de novembro, estabeleceu provisoriamente a República Federativa e transformou as antigas províncias em estados. Deodoro passou a chefiar o Governo Provisório. Dom Pedro II foi obrigado a deixar o Brasil com sua família, cuja retirada começou na

madrugada de 17 de novembro.

A população não participou de uma eleição para decidir a mudança. Em relato da época, o jornalista e republicano Aristides Lobo descreveu a surpresa das pessoas diante da movimentação militar. O testemunho ajuda a compreender a distância entre as decisões tomadas pelos protagonistas do movimento e o conhecimento de parte dos moradores sobre o que estava acontecendo.

A República não trouxe democracia plena de imediato

A Constituição de 1891 organizou o novo regime, aboliu o Poder Moderador do imperador e estabeleceu a separação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Contudo, o sistema eleitoral continuou excludente: mulheres e analfabetos permaneceram fora das urnas. Nas décadas seguintes, grupos oligárquicos controlaram a política, em um ambiente marcado por fraudes e pressão sobre eleitores.

A própria presidência de Deodoro demonstrou a fragilidade institucional daquele início. Em novembro de 1891, ele dissolveu o Congresso. Diante da reação política e militar, renunciou, sendo sucedido pelo vice, Floriano Peixoto. A substituição da monarquia pela República, portanto, não havia resolvido os conflitos sobre os limites do poder.

Direitos conquistados entre avanços e rupturas

A ampliação da participação ocorreu gradualmente. Em 1932, o Código Eleitoral instituiu a Justiça Eleitoral, estabeleceu o voto secreto e reconheceu o direito de voto das mulheres. Foram mudanças importantes para enfrentar práticas que comprometiam a liberdade de escolha dos eleitores.

O percurso, entretanto, não foi contínuo. O Estado Novo, entre 1937 e 1945, fechou o Congresso, proibiu o funcionamento dos partidos e extinguiu a Justiça Eleitoral. Mais tarde, a ditadura militar, de 1964 a 1985, voltou a restringir direitos e liberdades. A eleição direta para presidente só retornou em 1989, depois da promulgação da Constituição de 1988.

Em outro marco dessa trajetória, os brasileiros puderam se pronunciar diretamente sobre a forma de governo. No plebiscito de 21 de abril de 1993, a maioria escolheu manter a República e o presidencialismo. A consulta conferiu uma manifestação popular explícita a uma escolha que, em 1889, havia sido feita sem votação nacional.

O que essa história tem a ver com o Brasil de hoje

A principal diferença entre a República nascente e o modelo atual está no lugar atribuído ao cidadão. A Constituição de 1988 estabelece que o poder emana do povo e define cidadania, dignidade humana e pluralismo político como fundamentos do país. Também reconhece a autonomia da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

A comparação histórica permite identificar uma mudança fundamental: a legitimidade do governo, no ordenamento democrático atual, depende das regras constitucionais e da representação popular. A disputa política deve ocorrer dentro dessas regras, com respeito à fiscalização e aos limites de cada Poder.

Essa relação alcança também a vida nos municípios. A escolha de prefeitos e vereadores, o acompanhamento dos orçamentos e a cobrança por serviços públicos aproximam o princípio republicano do cotidiano. Saúde, educação, infraestrutura e aplicação dos recursos são assuntos pelos quais a população pode avaliar o exercício do poder.



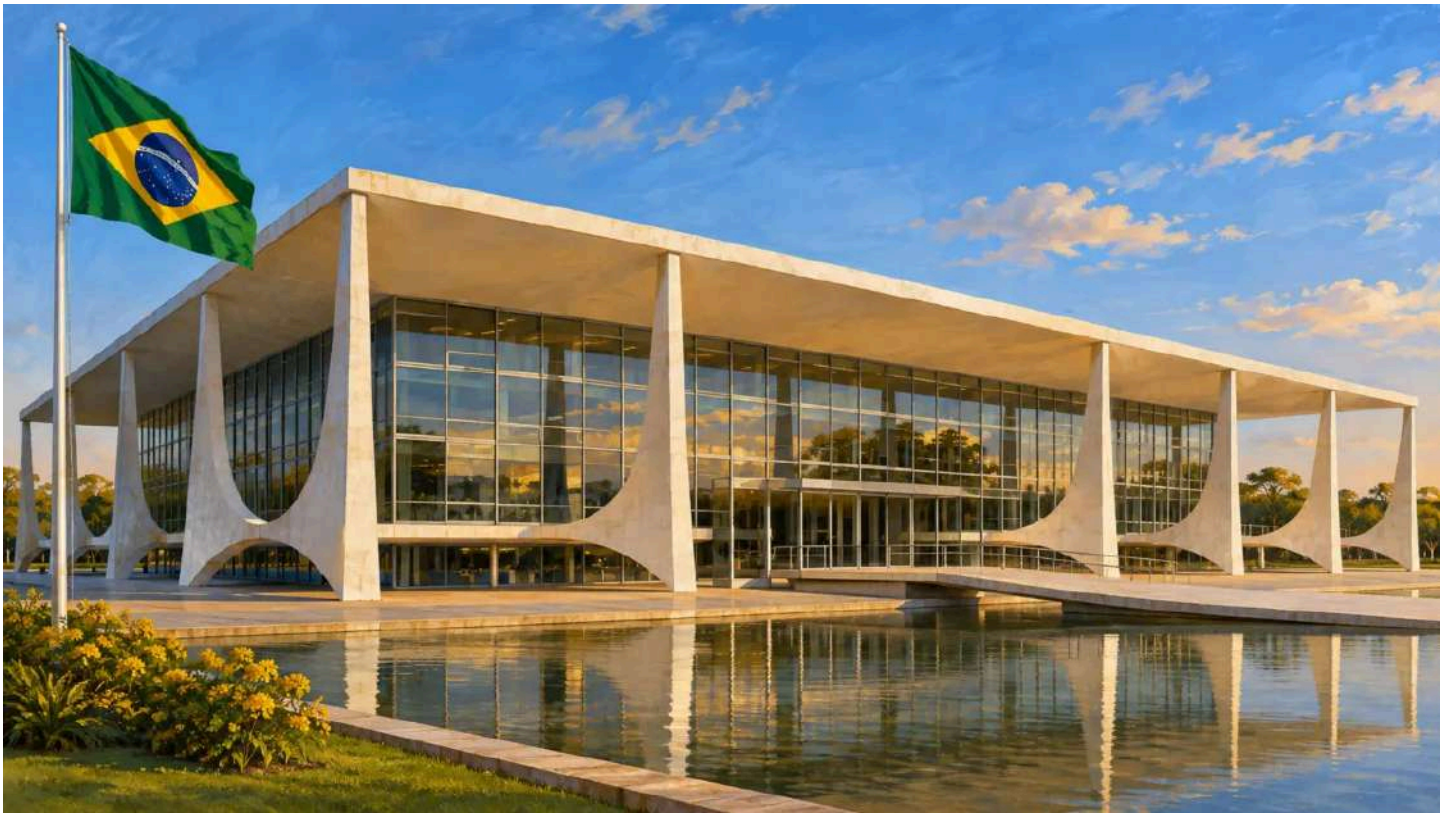
Divulgação

O percurso desde 1889 mostra, assim, que a existência de uma República não garante, por si só, uma democracia. Os direitos que hoje permitem escolher representantes, expressar opiniões e fiscalizar governos resultam de uma construção histórica. Aos 137 anos do novo regime, o significado do 15 de novembro também passa por compreender como essas conquistas são exercidas e preservadas.

Por que o Brasil se tornou uma República presidencialista?

Modelo inspirado nos Estados Unidos foi consolidado pela Constituição de 1891; mais de um século depois, brasileiros confirmaram sua manutenção nas urnas

Por Gazeta Popular



A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, encerrou a monarquia no Brasil, mas também abriu uma disputa sobre como o país seria governado. A organização que prevaleceu reuniu três características: República, presidencialismo e federalismo. Inspirado principalmente nos Estados Unidos, esse modelo foi consolidado pela Constituição de 1891 e permanece como base da estrutura política brasileira.

A escolha inicial não ocorreu por meio de uma consulta direta à população. Foi conduzida pelas lideranças que assumiram o poder após a queda de Dom Pedro II e, posteriormente, pelos integrantes do Congresso Constituinte. Somente em 1993 os brasileiros votariam, em uma consulta nacional, especificamente sobre a manutenção da República e do presidencialismo.

Embora frequentemente apareçam juntas, essas definições tratam de aspectos diferentes. A República substitui a chefia de Estado hereditária por uma organização em que o cargo não pertence a uma dinastia. No presidencialismo, o presidente reúne as funções de chefe de Estado e chefe de governo. Já o federalismo distribui o poder entre o governo nacional e unidades com autonomia. Uma República, portanto, também pode funcionar sob um sistema parlamentarista.

Estados Unidos serviram de referência

A experiência norte-americana exerceu forte influência sobre os responsáveis pela primeira Constituição republicana brasileira, entre eles Rui Barbosa. O modelo combinava um presidente com mandato determinado, a autonomia dos estados e a separação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. A inspiração ficou registrada no próprio nome oficial adotado pelo país: República dos Estados Unidos do Brasil.

A adoção dessa estrutura representou uma ruptura com a organização imperial. Durante o reinado de Dom Pedro II, o Brasil possuía uma experiência parlamentar, mas o imperador também exercia o Poder Moderador, que lhe conferia instrumentos de intervenção na vida política. Com a Constituição de 1891, esse poder foi

extinto e o presidencialismo substituiu o arranjo anterior.

Havia divergências entre os próprios republicanos

O desenho do novo regime não resultou de uma visão única. Segundo o Atlas Histórico do Brasil, da Fundação Getulio Vargas, Deodoro da Fonseca defendia um governo centralizado e um Executivo mais forte, inclusive com a possibilidade de dissolver o Congresso. Rui Barbosa e os redatores do projeto constitucional, por sua vez, defendiam maior autonomia estadual e independência entre os Poderes. A Constituição não concedeu ao presidente a prerrogativa de dissolver a Câmara.

As elites regionais também tinham interesses na reorganização do país. Grupos ligados à cafeicultura reivindicavam maior liberdade para administrar as antigas províncias e conduzir seus negócios. O federalismo atendia a essa demanda ao ampliar as atribuições dos estados. Essa pressão ajuda a explicar a descentralização adotada, mas não torna o presidencialismo uma consequência obrigatória: foram escolhas distintas reunidas no mesmo projeto constitucional.

Decisão ocorreu com participação eleitoral restrita

O Congresso Constituinte foi instalado em 15 de novembro de 1890, um ano após a queda da monarquia. Seus integrantes discutiram o projeto que resultou na Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, estabelecendo uma República federativa com sistema presidencialista.

Apesar da existência de eleições, grande parte da sociedade estava afastada das decisões. Mulheres e analfabetos, entre outros grupos, não participavam do eleitorado. A formação do regime ocorreu, portanto, em condições muito diferentes das atuais, nas quais o direito ao voto alcança uma parcela muito mais ampla da população.



O presidencialismo voltou a ser discutido

A organização adotada no início da República não impediu novas experiências. Entre 1961 e 1963, durante o governo de João Goulart, o Brasil viveu um breve período parlamentarista. Posteriormente, a Constituição de 1988 manteve o presidencialismo.

Em 21 de abril de 1993, os eleitores foram chamados a decidir duas questões: a forma de governo, entre República e monarquia, e o sistema de governo, entre presidencialismo e parlamentarismo. A maioria escolheu conservar a República presidencialista. A votação deu confirmação popular à manutenção de uma organização cuja origem, mais de um século antes, não havia sido submetida a uma consulta nacional.

A trajetória mostra que o modelo brasileiro nasceu de referências internacionais e disputas entre grupos políticos, passando depois por decisões constitucionais e pelo voto popular. Também evidencia que a escolha do sistema, isoladamente, não assegura o funcionamento da democracia. Em análise publicada pela Agência Senado, o cientista político Octaciano Nogueira destacou a qualidade das instituições como fator essencial para a estabilidade dos regimes.

Dia Mundial da Gentileza destaca o valor dos pequenos gestos na convivência

Celebrada nesta sexta-feira, 13 de novembro, data incentiva atitudes de respeito e solidariedade; pesquisas apontam benefícios também para quem ajuda

Por Gazeta Popular

Ouvir alguém com atenção, agradecer por um serviço ou oferecer ajuda a quem enfrenta uma dificuldade. Atitudes que cabem na rotina são o centro da proposta do Dia Mundial da Gentileza, celebrado nesta sexta-feira, 13 de novembro. A data convida a olhar para as necessidades das outras pessoas e transformar essa atenção em ações concretas.

Conhecida internacionalmente como *World Kindness Day*, a celebração foi lançada em 1998 pelo Movimento Mundial da Gentileza, organização internacional sem vinculação política ou religiosa. Sua origem está em um encontro realizado em Tóquio, no Japão, em 1997, que reuniu entidades interessadas em promover relações mais solidárias.

Conforme o histórico da organização, a declaração para estabelecer o movimento foi assinada em 20 de setembro de 1997. No ano seguinte, surgiu a data comemorativa. Já o lançamento formal do movimento ocorreu em 18 de novembro de 2000, durante sua terceira conferência, em Singapura. São etapas diferentes de uma mobilização internacional em favor da gentileza.

A proposta pode ser colocada em prática em situações comuns: acolher um novo colega, ter paciência durante um atendimento, respeitar as diferenças ou perceber quando alguém precisa conversar. Muitas dessas atitudes não exigem dinheiro, mas disponibilidade para prestar atenção ao outro.

O que as pesquisas mostram

Os efeitos da gentileza também são estudados pela ciência. Uma revisão publicada em 2018 no *Journal of Experimental Social Psychology* reuniu 27 estudos, com 4.045 participantes, para investigar se realizar atos de bondade melhora o bem-estar de quem os pratica.

A análise identificou um efeito positivo de pequeno a moderado. O resultado indica que ajudar outras pessoas pode beneficiar também quem oferece a ajuda, embora a intensidade desse efeito varie e a pesquisa não permita prometer o mesmo resultado para todos.



Outro trabalho, publicado em 2020 na revista *Psychological Bulletin*, analisou 201 estudos, envolvendo 198.213 participantes. Os pesquisadores encontraram uma associação positiva, mas modesta, entre comportamentos voltados ao benefício de outras pessoas e o bem-estar. A relação variou conforme o tipo de ajuda e as características dos participantes e dos estudos.

Da vizinhança às redes sociais

Nas comunidades do Vale do Rio Pardo, o convite da data pode ganhar forma nas relações de vizinhança, nas escolas, no comércio e nos locais de trabalho. Perguntar se alguém precisa de auxílio, reconhecer a dedicação de um profissional ou incluir uma pessoa que está sozinha são maneiras acessíveis de participar.

Na escola, a proposta pode inspirar atividades de acolhimento e conversas sobre respeito. Em casa, pode começar pela divisão das tarefas e pela escuta sem interrupções. No trabalho, passa por reconhecer contribuições e tratar colegas e público com consideração, inclusive nos momentos de maior pressão.

O cuidado também cabe no ambiente digital. Discordar sem ofender, evitar expor alguém ao constrangimento e não compartilhar mensagens humilhantes são formas de aplicar o respeito nas redes sociais e nos grupos de conversa.

Atitudes para colocar em prática

O Dia Mundial da Gentileza pode servir como ponto de partida para hábitos simples:

- **Escutar com atenção:** reservar alguns minutos para ouvir, sem desviar o olhar para o celular.
- **Agradecer:** reconhecer o trabalho e a ajuda recebida no cotidiano.
- **Oferecer apoio:** perguntar do que a pessoa precisa antes de agir.
- **Incluir:** convidar quem está isolado a participar de uma conversa ou atividade.
- **Respeitar as diferenças:** manter a consideração mesmo diante de opiniões divergentes.
- **Cuidar do que é coletivo:** preservar praças, ruas e ambientes compartilhados.

Mais do que marcar uma celebração no calendário, o dia 13 de novembro oferece uma oportunidade para observar como tratamos as pessoas com quem convivemos — e também aquelas que encontramos apenas por alguns instantes.

Equipes de futsal levam campanha contra o feminicídio para a quadra

Mobilização na semifinal feminina do Campeonato Municipal divulgou o Ligue 180, canal de orientação e denúncias de violência contra a mulher

Por Gazeta Popular



A rodada semifinal da categoria feminina do Campeonato Municipal de Futsal também foi espaço para uma manifestação em defesa da vida das mulheres. As equipes entraram em quadra com um banner de conscientização e combate ao feminicídio, destacando o telefone 180 como canal para denúncias de violência contra a mulher.

O gesto levou para o ambiente esportivo uma mensagem de mobilização e prevenção, dando visibilidade ao enfrentamento da violência e à importância de conhecer os serviços de apoio disponíveis.

O número divulgado pelas atletas é o da Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180, coordenada pelo Ministério das Mulheres. Gratuito e disponível em todo o Brasil, o serviço funciona 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados. Além de registrar e encaminhar denúncias aos órgãos responsáveis, oferece orientações sobre direitos e informa onde buscar atendimento especializado.

A central pode ser procurada tanto por mulheres em situação de violência quanto por familiares, amigos, vizinhos ou outras pessoas que tenham conhecimento de uma ocorrência. Dessa forma, a divulgação do contato também incentiva a participação da comunidade na proteção das mulheres.

É importante distinguir os canais de atendimento: o **180 recebe denúncias e oferece orientação**, enquanto o **190 deve ser acionado em situações de emergência**, quando a agressão estiver acontecendo ou houver risco imediato e necessidade de intervenção policial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE VERDE

Prefeitura incentiva produção rural com distribuição de sementes de aveia e transporte de calcário

Por Gazeta Popular



Prefeitura incentiva produção rural com distribuição de sementes de aveia e transporte de calcário

Programas municipais auxiliam os agricultores na conservação do solo, na formação de pastagens e na redução dos custos de produção.

A Prefeitura de Vale Verde, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, mantém programas de incentivo destinados ao fortalecimento das atividades agrícolas e ao desenvolvimento das propriedades rurais.

Entre as ações realizadas em 2026 estão a distribuição de sementes de aveia e o incentivo ao transporte de calcário, duas iniciativas que contribuem para melhorar as condições de produção e oferecer apoio às famílias agricultoras.

O programa de distribuição de sementes de aveia disponibilizou até três sacos por bloco de produtor rural, conforme os critérios estabelecidos pela legislação municipal. As inscrições ocorreram em março, e a entrega foi realizada em abril, no galpão da Secretaria de Agricultura. As sementes foram adquiridas com recursos próprios do município.

A aveia é utilizada principalmente na implantação de pastagens de inverno e como cobertura vegetal, auxiliando na conservação do solo, na proteção contra a erosão e no aproveitamento da área durante períodos de menor atividade de determinadas culturas.

Incentivo ao transporte de calcário

Outra iniciativa é o apoio ao transporte de calcário, insumo importante para a correção da acidez dos solos agrícolas. Sua aplicação, quando recomendada por análise técnica, favorece o desenvolvimento das culturas e contribui para melhorar o aproveitamento dos nutrientes pelas plantas.

O auxílio municipal no transporte busca reduzir os custos de acesso ao insumo, proporcionando melhores condições para o

manejo das lavouras.

Conforme as regras divulgadas para 2026, os produtores interessados deveriam optar entre o recebimento de até três sacos de aveia ou o incentivo ao frete de calcário, não sendo permitido acumular os dois benefícios no mesmo ano.

Além dessas iniciativas, a Secretaria de Agricultura disponibiliza apoio aos produtores por meio de serviços de horas-máquina e transporte de cama aviária, contribuindo para a infraestrutura e o manejo das propriedades.

As ações reforçam a importância da agricultura para a economia de Vale Verde e representam instrumentos de apoio às famílias que vivem e trabalham no meio rural.

EDUCAÇÃO

Quadra coberta recebe investimento de R$ 820 mil e amplia estrutura esportiva da rede municipal

Com 744,45 metros quadrados, novo espaço integra o complexo educacional da Escola Odette Pedreira de Mello e proporcionará melhores condições para atividades físicas e recreativas.

A Prefeitura de Vale Verde está ampliando a infraestrutura destinada à educação e ao esporte com a construção de uma quadra coberta junto à nova Escola Municipal de Ensino Fundamental Odette Pedreira de Mello.

O investimento é de R$ 820.047,97, com recursos provenientes de emendas parlamentares e contrapartida do município. A estrutura possui área total de 744,45 metros quadrados e integra o novo complexo educacional implantado ao lado da Escola Municipal de Educação Infantil Santa Izabel.

A obra está sob responsabilidade da empresa Trevisan Construtora e Incorporadora Ltda. Conforme levantamento divulgado em setembro de 2026, a construção havia alcançado 95% de execução, restando ajustes finais e a ligação de energia elétrica.

A quadra foi planejada para oferecer melhores condições para as aulas de Educação Física, atividades esportivas, recreativas e projetos desenvolvidos pela comunidade escolar.

A estrutura coberta permitirá maior proteção contra a chuva, o sol intenso e outras condições climáticas, favorecendo a realização das atividades ao longo do ano.

Além de incentivar a prática esportiva, o espaço contribuirá para a integração dos estudantes e para o desenvolvimento de atividades relacionadas à saúde, ao lazer e à convivência.

Novo complexo educacional

A quadra complementa a construção da nova Escola Odette Pedreira de Mello, que possui 1.410,07 metros quadrados de área construída e investimento superior a R$ 4,12 milhões.

Somados, os investimentos previstos nas duas estruturas chegam a aproximadamente R$ 4,95 milhões, representando uma importante ampliação da infraestrutura educacional de Vale Verde.

A nova escola terá capacidade projetada para atender até 480 estudantes, com salas de aula, biblioteca, refeitório e espaços de convivência.

Com essas estruturas, o município prepara melhores condições para o ensino, o esporte e o desenvolvimento das futuras gerações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE VERDE

Trabalho, serviços públicos e desenvolvimento para toda a comunidade.

Rua Frederico Trarbach, 655 — Centro — Vale Verde/RS

www.valeverde.rs.gov.br

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/prefeitura-de-vale-verde-3/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Ricardo Froemming participa da abertura da colheita do tabaco em Vera Cruz

Prefeito de Vale Verde e secretário Carlos Gustavo Schuch acompanharam solenidade da safra 2026/2027 na propriedade da família Tornquist

Por Gazeta Popular

O prefeito de Vale Verde, Ricardo Froemming, acompanhado do secretário de Planejamento, Gestão e Governança, Carlos Gustavo Schuch, participou da 8ª Abertura Oficial da Colheita do Tabaco do Rio Grande do Sul. Realizada na sexta-feira, 6 de novembro, a solenidade ocorreu na propriedade dos agricultores Alceu e Eliane Tornquist, em Vila Progresso, no interior de Vera Cruz, marcando oficialmente a colheita da safra 2026/2027.





O encontro reuniu produtores rurais, autoridades e representantes de entidades da cadeia produtiva. A programação foi promovida pelo Governo do Estado, com organização das secretarias estaduais da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e da Prefeitura de Vera Cruz.

Entre os participantes estavam o secretário estadual da Agricultura, Márcio Madalena, e o secretário-adjunto de Desenvolvimento Rural, Alexandre Scheifler. As manifestações ressaltaram a importância da agricultura familiar e abordaram desafios como diversificação das propriedades, negociação de preços, riscos climáticos e exigências socioambientais.

A família anfitriã trabalha com tabaco há quase três décadas. Na propriedade de 7,5 hectares, Alceu e Eliane plantaram 90 mil pés para a atual temporada. A expectativa é alcançar resultado semelhante ao da safra anterior, quando colheram mais de 13 toneladas. Além do tabaco, mantêm produção de grãos, criação de animais e horta. A estrutura inclui estufas de ar forçado e sistema de energia solar.

Os números apresentados durante o evento demonstram a dimensão econômica da atividade. Segundo dados da Afubra divulgados pela Prefeitura de Vera Cruz, a safra 2025/2026 envolveu 67.815 famílias produtoras no Rio Grande do Sul, em uma área de 132.076 hectares. A produção estadual atingiu 286.603 toneladas, com receita bruta de R$ 5,071 bilhões.

Durante a solenidade, o presidente da Afubra, Marcilio Laurindo Drescher, destacou a contribuição do tabaco para a renda e a permanência das famílias nas pequenas propriedades. Já os representantes do governo estadual defenderam o diálogo entre agricultores, indústrias e instituições públicas para enfrentar os desafios do setor.

Celular sem sinal poderá usar rede de outra operadora em cidades pequenas e rodovias

Novas regras entram em vigor em dezembro, mas implantação será gradual, com prazos que avançam por 2027; atendimento seguirá as condições do plano contratado, sem cobrança extra pelo roaming

Por Gazeta Popular

Ficar sem sinal porque a operadora contratada não atende determinada região poderá se tornar menos frequente em pequenos municípios, comunidades do interior e rodovias. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou regras para ampliar o roaming nacional, mecanismo que permite utilizar a rede de outra empresa onde não há cobertura da prestadora do consumidor. A conexão deverá ocorrer automaticamente, sem troca de chip ou solicitação do usuário.



A mudança exige atenção ao calendário: **a entrada em vigor em dezembro não significa que o serviço estará disponível imediatamente em todas as áreas abrangidas**. A Resolução nº 794, de 6 de novembro de 2026, publicada no Diário Oficial da União em 9 de novembro, prevê vigência após 30 dias e estabelece prazos adicionais para o cumprimento das obrigações. Dessa forma, a implantação se estenderá por 2027.

Contados a partir do início da vigência, os prazos serão:

Áreas abrangidas	Prazo de implantação
Municípios com menos de 30 mil habitantes	90 dias
Localidades que não sejam sedes municipais	150 dias
Rodovias federais e estaduais	210 dias

Na prática, quando não houver cobertura da operadora do cliente, mas existir uma rede disponível abrangida pela regulamentação, o aparelho poderá utilizar essa infraestrutura. As empresas deverão estabelecer os acordos necessários para viabilizar o atendimento. O consumidor continuará sujeito às condições do plano contratado, sem cobrança adicional pelo uso da rede visitante — isso não significa acesso ilimitado ou isenção do pagamento habitual.

A obrigação, porém, tem critérios específicos. Nos pequenos municípios e nas localidades fora das sedes, alcança redes instaladas para cumprir compromissos de cobertura e expansão determinados pela Anatel ou financiadas, integral ou parcialmente, pelo setor público federal. Nas rodovias, ficam excluídos os trechos situados em áreas urbanas das sedes de municípios com mais de 30 mil habitantes.

Para comunidades do interior e usuários que se deslocam entre municípios do Vale do Rio Pardo, a medida pode facilitar a comunicação nos pontos em que existe sinal de alguma empresa, mas não da operadora contratada. O benefício efetivo dependerá das redes existentes e do enquadramento de cada área nas regras.

Onde nenhuma operadora oferece sinal, o roaming não resolve a falta de cobertura. O mecanismo aproveita a infraestrutura já instalada, enquanto áreas totalmente desatendidas continuam dependendo de investimentos em expansão. O próprio Ministério das Comunicações ressalta que o compartilhamento não substitui a necessidade de levar redes a novas localidades.

A regulamentação permite dispensas temporárias por inviabilidade técnica, mediante análise da Anatel. Dificuldades financeiras, conveniência operacional ou impasses nas negociações entre as empresas, por si só, não justificam o descumprimento da obrigação.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/celular-sem-sinal-podera-usar-rede-de-outra-operadora-em-cidades-pequenas-e-rodovias/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Passo do Sobrado e Vale Verde terão coleta de embalagens vazias de agrotóxicos em novembro

Recebimento ocorrerá em 12 pontos de Passo do Sobrado, nos dias 25 e 26, e em quatro locais de Vale Verde, no dia 26; produtores devem entregar os recipientes tríplice lavados, perfurados e secos

Por Gazeta Popular



Produtores de tabaco de Passo do Sobrado e Vale Verde terão uma oportunidade de encaminhar embalagens vazias de agrotóxicos para a destinação correta neste mês. O roteiro do Programa de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos passará por Passo do Sobrado nos dias **25 e 26 de novembro**, com 12 pontos de coleta. Em **Vale Verde, o recolhimento será no dia 26 de novembro**, em quatro locais.

A iniciativa é promovida pelo Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco) e suas empresas associadas, em parceria com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Nesta etapa, o roteiro atenderá produtores de 17 municípios dos vales do Rio Pardo e Taquari.

Em Passo do Sobrado, nove pontos receberão as embalagens no dia 25, contemplando localidades do interior e o Centro. No dia seguinte, a equipe estará em Passo da Mangueira, Capela dos Cunha e João Maura. Em Vale Verde, o atendimento começará às 8h, na Rodoviária, seguindo por Cerro do Chileno, Monte Alegre e Dourados.

Os produtores devem observar os horários previstos para cada local e as orientações dos convites entregues pelas equipes de campo das empresas integradoras. As embalagens devem estar tríplice lavadas, perfuradas e secas.

Conforme a coordenadora do programa, Fernanda Viana Bender, a devolução permite que os agricultores recebam comprovantes da destinação dos recipientes, válidos em fiscalizações ambientais. “Além disso, a destinação correta garante a reciclagem das embalagens. Para isso, elas precisam estar tríplice lavadas, perfuradas e secas”, orienta.

Após o recolhimento, o material é encaminhado às unidades de recebimento do Instituto Nacional de Processamento de

Embalagens Vazias (inpEV), responsável pela gestão do Sistema Campo Limpo, onde passa por triagem. Segundo os organizadores, 100% dos recipientes rígidos recebidos pelo programa são reciclados e transformados em outros produtos plásticos, especialmente insumos para a construção civil e embalagens para produtos químicos. Os materiais impróprios para reciclagem seguem para incineração controlada.

Criado em outubro de 2000, o programa completou 26 anos. Conforme o SindiTabaco, a iniciativa beneficia 111 mil produtores rurais, com cerca de 1,8 mil pontos de coleta em 394 municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.



Passo do Sobrado e Vale Verde terão coleta de embalagens vazias de agrotóxicos em novembro — Divulgação

O roteiro regional começa em 16 de novembro de 2026 e segue até 20 de janeiro de 2027, com pausa entre 18 de dezembro e 10 de janeiro.

Confira os pontos de coleta em Passo do Sobrado

Data	Horário	Localidade	Ponto de coleta
25/11	8h	Taquari Mirim	Pavilhão São João Batista
25/11	8h	Rincão Nossa Senhora	Pavilhão Nossa Senhora
25/11	9h30	Campo do Sobrado	Escola São Geraldo
25/11	10h	Malhada	Colégio Rio Branco
25/11	11h	Centro	Salão Paroquial
25/11	13h30	Cerro da Boa Esperança	Arno Sehnem
25/11	13h30	Potreiro Grande	Com. Arlindo Linck
25/11	15h	Rincão do Sobrado	Comunidade São José
25/11	15h30	Max Bruhm	CTG Dari Fonseca
26/11	8h	Passo da Mangueira	CTG Amilcar Baierle
26/11	10h	Capela dos Cunha	Salão Panorama
26/11	13h30	João Maura	Selmo Lopes

Confira os pontos de coleta em Vale Verde

Data	Horário	Localidade	Ponto de coleta
26/11	8h	Vale Verde	Rodoviária
26/11	10h	Cerro do Chileno	Casa Comercial Enio Melo
26/11	13h30	Monte Alegre	Comunidade Santo Antônio
26/11	15h	Dourados	Casa Comercial Olavo Silva

Fonte: SindiTabaco e roteiro do Programa de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos.

Informativo do Legislativo de Vale Verde RS

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 40 – em 04 de novembro de 2026

Por Gazeta Popular

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 40 – em 04 de novembro de 2026

Ao quarto dia do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, ás dezoito horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vale Verde/RS, sob a presidência do vereador Dion Souza, reuniram-se os vereadores deste Poder Legislativo. Presidente solicita que a secretaria faça leitura dos ofícios. **Ofício.** Ao cumprimentá-lo cordialmente, aproveito o ensejo à oportunidade para solicitar, afastamento junto ao Poder Legislativo Municipal, pelo período de 30 dias, a partir do dia 01 de novembro do corrente ano por motivos particulares. Vereador Jorge Ribeiro, bancada MDB. **Ofício nº 302/2026.** Para: Sandra Mello. Dion Souza, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Vale Verde, de conformidade com o Art.31, do Regimento Interno, vem pelo presente convocar a Vossa Senhoria para que na condição de primeira Vereadora Suplente da bancada do MDB, assume o cargo, do Sr. Jorge Ribeiro, bancada MDB, durante o seu afastamento pelo período de 30 dias, a partir do dia 01 de outubro do corrente ano. **Ofício.** Venho por meio deste, informar ao Poder Legislativo que não assumirei o cargo de Vereadora na condição de primeiro suplente, no período de afastamento do vereador Jorge Ribeiro (MDB) pelo período de 30 dias, a contar do dia 01 de novembro do corrente ano, passando assim para o próximo suplente da bancada do MDB. **Ofício nº 305/2026.** Para: Eloir Storch.Dion Souza, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Vale Verde, de conformidade com o Art.31, do Regimento Interno, vem pelo presente convocar a Vossa Senhoria para que na condição de segundo Vereador Suplente da bancada do MDB, assume o cargo, do Sr. Jorge Ribeiro, bancada MDB, durante o seu afastamento pelo período de 30 dias, a partir do dia 01 de novembro do corrente ano. Presidente solicita que a secretária vereadora Débora Rosa da Silva verifique o livro de presença, oito vereadores assinaram o livro e se fazem presentes, vereador João Tabajara encontra-se ausente por motivos de luto na família. Presidente coloca em apreciação a ata nº 38/2026, sendo aprovada por todos. Presidente abre espaço ao grande expediente, os vereadores que quiserem fazer o uso da palavra se inscrevam. Presidente passa palavra para a vereadora Débora Rosa da Silva, que cumprimenta todos os presentes nesta Casa Legislativa e todos que estão nos assistindo pelas redes sociais. **Vereadora Débora:** Também quero destacar o projeto de lei que prevê uma homenagem aos servidores que se aposentam. É uma maneira simples, mas muito bonita, de reconhecer todos aqueles que dedicaram tantos anos de trabalho ao nosso município. Essas pessoas merecem nosso respeito e reconhecimento por tudo que fizeram. E também fiz uma indicação ao Executivo para que analise a possibilidade de manter o pagamento do vale-alimentação aos colaboradores durante as férias e nos afastamentos por acidente de trabalho. Acredito que é uma forma de valorizar os

Divulgação — Gazeta Popular

servidores e dar esse apoio também nesses momentos, são pedidos e iniciativas que buscam melhorias para a nossa comunidade e valorização das pessoas. Também quero falar sobre o pedido de providência que apresentei ao Executivo, solicitando que seja analisada a possibilidade de instalar iluminação e fazer a marcação da quadra localizada atrás da Prefeitura, onde o público em geral poderá aproveitar o espaço para a prática de esportes, especialmente o vôlei. É uma melhoria que vai incentivar o esporte e proporcionar mais opções de lazer para a nossa comunidade. Tenho certeza de que o Executivo vai olhar com carinho para esse pedido, pois sempre demonstrou apoio e incentivo ao esporte em nosso município. Presidente passa a presidência para a vereadora Patrícia Gerhardt. Presidente passa a palavra ao vereador Dion Souza, que cumprimenta todos os presentes nesta Casa Legislativa e todos que estão nos assistindo pelas redes sociais. **Vereador Dion:** Quero também agradecer ao secretário Afonso, que eu pedi algumas coisas para ele, algumas demandas e também foram feitas, eu quero agradecer a ele, mais uma vez ele conseguiu fazer os nossos pedidos. Também um assunto que mais uma vez a gente vai ter que falar aqui sobre o nosso asfalto, a 244 e a 405, que pode-se dizer, não tem mais como andar, tu desvia de um buraco, cai dentro de dois, está complicado, hoje eu fui a Santa Cruz chovendo, tu não consegue enxergar os buracos, é terrível, a gente já vem pedindo isso há bastante tempo, daí o DAER não vem e quando vem faz aquele tapa-buraco ali que um dia depois o buraco já está quase igual de novo, acho que esse tapa-buraco não é mais viável, não adianta mais, a gente vai ter que se unir com outros municípios aqui da volta e tentar dar um outro jeito, a gente sabe que agora em janeiro, assume outro governador e um outro secretário de obras do Estado, a gente espera que eles olhem para os nossos asfaltos, para as nossas estradas, que realmente está um perigo, esse trecho aqui de Vale Verde a Passo do Sobrado está terrível, isso é muito perigoso, porque Vale Verde aqui, a nossa saúde, os carros da saúde aqui do município, quantas vezes por dia fazem esse trajeto ali, a gente tem que tentar de alguma forma, fazer com que as autoridades maiores vejam isso e venham aqui para nos ajudar, também quero dar meus parabéns à minha comadre Bia, a Professora Bia, ou a Bia do Minhoca como é conhecida aqui na cidade, minha comadre, ontem venceu uma etapa muito importante da sua vida e nos deixou muito felizes, então parabéns Bia, pela tua força, pela tua garra. Presidente solicita que a secretária faça leitura dos ofícios, pedido de providência, indicação e projetos de lei. **Ofício nº 67/2026.** Ao cumprimentá-los, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo de Vale Verde tem a honra de convidar Vossas Senhorias para participarem da abertura do Seminário Municipal de Boas Práticas do PROLEEI – Leitura e Escrita na Educação Infantil e do Fórum Municipal de Alfabetização de Vale Verde. O evento será realizado no dia 09 de novembro de 2026, na EMEI Santa Izabel, com início ás 8h. **Ofício nº 215/2026.** Na oportunidade em que cumprimentamos cordialmente Vossa Senhoria, vimos através deste, encaminhar para apreciação e aprovação dos nobres Edis, do seguinte Projeto de Lei: **Projeto de Lei nº 2.481/2026, de 03 de novembro de 2026 –** "Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 1.373/2013 e dá outras providências". Desde já, agradecemos pela compreensão e nos colocamos a disposição para quaisquer dúvidas. **Pedido de Providência nº 12/2026.** Solicita ao Poder Executivo Municipal que sejam instaladas lâmpadas e rede de marcação na quadra de areia localizada nos fundos da Prefeitura Municipal de Vale Verde/RS. Vereadora Débora Rosa da Silva (MDB). **Indicação nº 19/2026. "**Proposição de Indicação com a finalidade de Indicar/Sugerir ao Poder Executivo Municipal, que, estude a viabilidade de promover as alterações legais e administrativas necessárias para assegurar que os servidores públicos municipais não sofram descontos no vale-alimentação durante o período de férias e nos afastamentos decorrentes de acidentes de trabalho". Vereadora Débora Rosa da Silva (MDB). **Projeto de Lei Legislativo nº 04/2026.** "Institui homenagem de reconhecimento aos servidores públicos aposentados de Vale Verde/RS e dá outras providências". Projeto de autoria da vereadora Débora Rosa da Silva (MDB). Presidente coloca o **Projeto de Lei Legislativo nº 04/2026** em discussão e logo após em votação. Projeto foi aprovado por todos e será enviado ao Executivo Municipal. Presidente coloca o **Projeto de Lei nº 2.481/2026** em discussão e logo após em votação. Projeto foi aprovado por todos e será enviado ao Executivo municipal. Não havendo mais nada a ser tratado presidente declara encerrada a presente sessão ordinária, ficando a próxima para o dia 09 de novembro de 2026 ás 18 horas.

Débora Rosa da Silva
Secretária

Dion Souza
Presidente

Câmara dos Deputados avança no reconhecimento do benzimento como tradição cultural brasileira

Projeto de autoria do deputado gaúcho Giovani Cherini reconhece a importância de benzedeiras e benzedeiros, prevê proteção às práticas tradicionais e segue para nova etapa de análise no Congresso Nacional.

Por Gazeta Popular

Uma tradição que atravessa gerações e permanece presente em comunidades rurais e urbanas brasileiras poderá ganhar reconhecimento em legislação federal. A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 28 de outubro, o Projeto de Lei nº 426/2025, que reconhece o benzimento e os conhecimentos de benzedeiras e benzedeiros como manifestações da cultura popular brasileira, de relevante interesse cultural, social e imaterial.

A proposta é de autoria do deputado federal gaúcho Giovani Cherini (PL-RS) e busca valorizar uma prática tradicional transmitida entre gerações, especialmente em comunidades nas quais a fé, as orações e os conhecimentos populares fazem parte da história das famílias.

O benzimento é uma tradição presente em diferentes regiões do Brasil, inclusive no interior do Rio Grande do Sul. Por meio de orações, gestos simbólicos, utilização de ervas e



outros rituais, benzedeiras e benzedeiros oferecem acolhimento espiritual e práticas populares de cuidado a pessoas que procuram auxílio diante de problemas físicos, emocionais ou espirituais.

Reconhecimento e proteção

O texto aprovado pela Comissão de Saúde reconhece o benzimento como manifestação da cultura nacional e estabelece medidas destinadas à preservação desses conhecimentos.

Entre as disposições está a proteção contra discriminação, criminalização e restrições ao exercício da prática, ressalvadas as situações que possam colocar em risco a saúde pública ou violar direitos individuais.

A proposta também prevê que benzedeiras e benzedeiros possam solicitar registro junto aos órgãos municipais, estaduais ou distritais de saúde, como forma de formalizar o exercício regular da atividade.

Outra medida permite que órgãos públicos de saúde e cultura promovam cursos, seminários e atividades voltadas à preservação e transmissão dos saberes tradicionais, respeitando a disponibilidade orçamentária e os programas já existentes.

Atuação no SUS foi retirada do projeto

Durante a tramitação, a proposta passou por alterações. A relatora na Comissão de Saúde, deputada Juliana Cardoso (PT-SP), retirou do texto a possibilidade de atuação direta e vinculada de benzedeiras e benzedeiros nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo a parlamentar, a previsão poderia provocar sobreposição de atividades e dificuldades na organização dos serviços públicos de saúde.

Com a mudança, o benzimento permanece reconhecido no contexto da educação popular em saúde, sem estabelecer vínculo profissional direto com o SUS.

O reconhecimento cultural também não substitui diagnósticos, tratamentos médicos, vacinação ou outras medidas de saúde baseadas em evidências científicas.

Tradição preservada no interior

Nas pequenas comunidades do interior gaúcho, o benzimento integra a memória cultural de muitas famílias. É comum encontrar relatos de pessoas que, desde a infância, acompanharam pais e avós em visitas a benzedeiras para receber orações e bênçãos.

Em diversas localidades, o conhecimento foi transmitido oralmente, sem registros escritos, preservando práticas associadas à religiosidade popular, às tradições familiares e à relação das comunidades com a natureza.

A tradição também apresenta diferentes influências culturais e religiosas, incluindo conhecimentos indígenas, africanos e europeus, que contribuíram para a diversidade das práticas populares brasileiras.

A valorização desses saberes busca preservar uma manifestação cultural que permanece viva, especialmente nas comunidades rurais, sem confundir seu significado histórico e espiritual com a assistência médica profissional.

Projeto ainda precisa passar pelo Congresso

Embora tenha sido aprovado pela Comissão de Saúde, o Projeto de Lei nº 426/2025 ainda não entrou em vigor.

A proposta já havia recebido parecer favorável da Comissão de Cultura, em setembro de 2025, e agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), responsável por analisar aspectos constitucionais e jurídicos.

O projeto tramita em caráter conclusivo nas comissões da Câmara, modalidade que pode dispensar votação em plenário, salvo apresentação de recurso.

Para se transformar em lei, a matéria ainda precisará concluir sua tramitação legislativa, passar pelo Senado Federal e seguir para sanção presidencial.

Enquanto isso, o debate sobre o benzimento evidencia a importância da preservação das tradições populares e do reconhecimento dos conhecimentos culturais transmitidos entre diferentes gerações.

Por **Breno Pires**

Entre eleições, superstições e futebol, a vida segue!

Entre os desdobramentos das eleições, as superstições da Sexta-feira 13 e o sofrimento dos colorados, uma reflexão sobre respeito, bom senso e os desafios de voltar à normalidade.

Salve amigos leitores

Começamos a voltar à normalidade. Passadas as eleições, lambidas as feridas pelos que perderam, feitas as comemorações de praxe pelos que venceram, está mais do que na hora de se retomar a "normalidade" da vida, assim, entre aspas, pois que no Brasil "normal" é sempre relativo, kkk.

* Acho que chega, né?

Eu gostaria de entender as sinapses que levam o eleitor a torcer para que o candidato eleito que não seja o seu faça um mal governo. Não consigo entender mesmo. Seria uma síndrome de autodestruição? Seria a preponderância do revanchismo sobre o bom-senso? Seria uma forma de ver o mundo através de uma visão ignorante onde o princípio do "quanto pior, melhor" é mais importante do que o bem-estar, o desenvolvimento e a busca do bem comum?

Digo isso, pois aos políticos é até compreensível que torçam pelo insucesso dos adversários, mas ao eleitor trabalhador e pagador de impostos, eu não consigo ver normalidade.

Acho que chega de ódio, rancor e desrespeito. Bora tocar a vida e fazermos com que o suor de nosso rosto seja reflexo de nosso esforço e trabalho na busca de um mundo melhor e mais justo, certo?

* Olha o gato preto aí...

Não sei se ao amigo leitor pareceu, mas a mim parece que as redes sociais esta semana foram tomadas por uma campanha de mobilização que pode ser definida mais ou menos assim: proteja seu gatinho preto da maldade humana...



Gazeta Popular

Até entendo que por termos hoje uma Sexta-feira 13, que traz uma simbologia bastante especial em termos de superstições, crenças e possibilidades de mau augúrio, e que essa data, associada à bruxaria e, por consequência aos gatos pretos, fiéis parceiros de estripulias com as bruxas, sirva de explicação, mas daí a se verem necessárias campanhas públicas de preservação a integridade dos bichinhos e o combate aos maus-tratos dos mesmos, me é surpreendente. Leio até que ONGs suspenderam a doação desses animais nesta época...

Confesso que eu ainda não tinha visto um volume tão grande de manifestações nesse sentido.

E é como diz uma das campanhas que prega a não-associação dos gatos pretos ao azar ou a coisas ruins: "**o preconceito pode matar**" (mas aqui não estamos falando só dos gatos pretos...).

* Maltratar animais é crime

Isso mesmo amigo leitor, crime!

A lei 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais, pune os maus-tratos aos animais.

Está lá no artigo 32 da referida lei: praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, tem a pena base de detenção de 3 meses a 1 ano, e multa.

E quando o crime de maus-tratos envolve cães ou gatos, a punição foi endurecida pela Lei nº 14.064/2020, também chamada de Lei Sansão: pena de reclusão de 2 a 5 anos, multa e proibição da guarda. E há um projeto no Congresso Nacional para tornar esse crime como hediondo, com penas ainda mais severas...

A superstição até pode ser um fenômeno cultural, mas maltratar animais por causa dessa superstição **é crime**!

Amigo leitor, se presenciares algum maltrato contra animais, independentemente de quais sejam, não se prive de chamar o 190, ok? Ou as pessoas aprendem no amor, ou aprenderão na dor!

* Por falar em dor, amor e superstição...

E o Colorado, hein? Rapaz, se tem um relação de amor que causa muita dor é essa do torcedor colorado com o seu clube...

Desde as primeiras rodadas do Brasileirão que não temos um momento relativamente longo de tranquilidade. É dor, sofrimento e ranger de dentes... Com a proximidade do final do campeonato a situação tende a piorar, pois todo jogo é decisão, e para nós, torcedores colorados, cada decisão é um sofrimento e uma prova de saúde cardíaca, ahahahahah.

O Colorado só depende de si. E esse é o nosso grande problema, ahahahahahahah.

Não ria amigo tricolor, pois a coisa pro teu lado não está muito melhor, pelo contrário, até me parece pior, kkkk

Pelo sim, pelo não, já que não temos um futebol minimamente razoável para nos tranquilizar, bora aproveitar a Sexta-feira 13 e apelar para todas as mandingas, feitiços e artimanhas sobrenaturais na busca de um Colorado com disposição um pouco menos abaixo do medíocre nestas últimas rodadas do Brasileirão.

Te escapa medinho, que o medão te pega, ahahahahah.

Bom fim de semana e até à próxima, se Deus quiser.

Vale Verde inicia curso de operador de retroescavadeira e amplia qualificação profissional

Parceria entre Prefeitura e Governo do Estado busca preparar moradores para o mercado de trabalho; município também ofereceu vagas em alvenaria e instalação de porcelanatos

Por Gazeta Popular



A Prefeitura de Vale Verde deu início, no sábado, 7 de novembro, a mais um curso de qualificação profissional, desta vez voltado à operação de retroescavadeira. Realizada em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a iniciativa integra uma série de formações destinadas a preparar trabalhadores e ampliar as oportunidades de emprego e geração de renda no município.

Segundo a Administração Municipal, a proposta é qualificar a mão de obra local para atender às demandas do mercado. O prefeito Ricardo Froemming ressaltou que a formação profissional é uma etapa importante para que os moradores possam aproveitar novas oportunidades.

"Capacitar é o melhor investimento que podemos fazer. Não basta oferecer oportunidades, é preciso preparar nossa gente para aproveitá-las", afirmou.

A oferta de capacitações já havia sido anunciada em agosto pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Na ocasião, foram abertas 45 vagas gratuitas, divididas igualmente entre os cursos de Instalação de Porcelanatos, Construção em Alvenaria e Operação de Retroescavadeira. Para esta última modalidade, o anúncio previa 40 horas de formação e 15 vagas, destinadas a pessoas com pelo menos 18 anos e Carteira Nacional de Habilitação válida na categoria B ou superior.

A seleção divulgada também estabelecia reserva prioritária de metade das vagas para mulheres e critérios de atendimento que priorizavam pessoas desempregadas e trabalhadores subocupados, especialmente os inscritos no Cadastro Único. As inscrições daquela etapa foram recebidas pelo CRAS até 24 de agosto.

Com o início da formação em operação de retroescavadeira, o município dá continuidade às ações de capacitação voltadas à preparação profissional dos valeverdenses e à inclusão no mercado de trabalho.

Taitiane solicita limpeza e roçada na Praça do Loteamento Portão

Pedido de providência também prevê recolhimento de lixo e retirada de galhos na rua lateral da praça, em Vale Verde

Por Gazeta Popular

A vereadora Taitiane Teixeira (PL) solicita ao Executivo de Vale Verde a realização de serviços de limpeza e manutenção na Praça do Loteamento Portão. O Pedido de Providência nº 13/2026, datado de 9 de novembro, requer roçada, recolhimento de lixo e galhos acumulados no espaço público, além da retirada de galhos existentes na rua lateral.

Na justificativa, a parlamentar destaca a necessidade de manter a praça limpa, organizada e em boas condições de uso pela comunidade. Segundo Taitiane, os serviços contribuirão para melhorar o aspecto do local, proporcionar mais segurança e evitar transtornos aos moradores e frequentadores.

O documento também ressalta que a retirada dos galhos da rua lateral é necessária para manter a via desobstruída e garantir melhores condições de circulação.

Encaminhado ao presidente da Câmara de Vereadores, Dion Souza, o pedido prevê o envio da solicitação ao Executivo Municipal após a tramitação regimental, para análise e providências.



Taitiane

Novembro Azul terá consultas e atividades de prevenção neste sábado em Venâncio Aires

Programação ocorre das 7h30 às 11h30, na Travessa São Sebastião Mártir, com vacinação, testes rápidos e orientações à comunidade

Venâncio Aires promove neste sábado, 14 de novembro, uma Ação de Saúde alusiva à campanha Novembro Azul. Das 7h30 às 11h30, a Travessa São Sebastião Mártir receberá atendimentos e atividades voltadas à prevenção e ao bem-estar. Embora faça referência à campanha de conscientização sobre a saúde do homem, a programação contempla a população em geral.

Entre os serviços previstos estão consultas preventivas com médicos, testes rápidos para HIV, hepatites e sífilis, testes de audição e avaliação da acuidade visual. Também haverá vacinação e verificação da pressão arterial e dos níveis de glicose.

A programação inclui práticas integrativas e complementares, como auriculoterapia, reiki e reflexologia, além de sessões de massagem rápida com Nirley Bogorny. Música ao vivo, degustações da Divina Terra, maquiagem com Mary Kay e demonstração de produtos da Do Terra completam as atividades.

A iniciativa integra as ações de promoção da saúde desenvolvidas pelo município e dá continuidade à mobilização de conscientização que também esteve em destaque durante o Outubro Rosa. A proposta é aproximar a comunidade dos serviços e incentivar os cuidados preventivos.

A população está convidada a participar da manhã de atividades, aproveitar os atendimentos e buscar orientações sobre saúde e prevenção.

Paróquia Nossa Senhora do Rosário terá Primeira Eucaristia e missas neste fim de semana

Padre Hilário Gonçalves divulga programação dos dias 14 e 15 de novembro e destaca a importância da vigilância, da solidariedade e da preparação para o Natal

Por Gazeta Popular

A Paróquia Nossa Senhora do Rosário, de Passo do Sobrado, terá cinco celebrações neste fim de semana, com destaque para a Primeira Eucaristia na comunidade São Francisco, em Vale Verde. A programação foi informada pelo pároco, padre Hilário Gonçalves, que também deixou uma mensagem de fé e reflexão aos paroquianos.



No sábado (14), as atividades começam às 15h, com missa na comunidade São Geraldo. Às 17h, haverá celebração na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. À noite, às 19h, a comunidade São Francisco recebe a missa com Primeira Eucaristia, momento especial na caminhada de fé dos catequizandos e de suas famílias.

No domingo (15), a programação inicia às 8h30, com missa na Igreja Matriz, em Passo do Sobrado. Às 10h, a celebração será na comunidade São José.

Ao comentar o significado deste período para os católicos, padre Hilário lembra que a Igreja chega ao penúltimo domingo do ano litúrgico. Segundo ele, a vigilância é um dos principais chamados da liturgia, convidando os fiéis a refletir sobre suas atitudes e sua relação com Deus e com o próximo.

"Logo vamos nos preparar para o Santo Natal. É importante estar bem com os irmãos e com Deus", ressalta o pároco.

O sacerdote também destaca que os talentos e as qualidades recebidos de Deus precisam ser colocados a serviço das outras pessoas. Sua mensagem incentiva os paroquianos a valorizar a solidariedade e a colaboração na vida comunitária, sem deixar cair no esquecimento a importância de ajudar.

"Nós recebemos de Deus talentos ou qualidades para um serviço e colaborar com os demais", afirma padre Hilário.

O domingo, 15 de novembro, corresponde ao 33º Domingo do Tempo Comum, cuja liturgia apresenta a parábola dos talentos. A passagem inspira a reflexão sobre a responsabilidade de fazer frutificar os dons recebidos, em sintonia com a mensagem do pároco.

Na sequência do calendário da Igreja, a solenidade de Cristo Rei será celebrada em 22 de novembro. No dia 29, começa o Advento, período de preparação para o Natal e início de um novo ano litúrgico.

Ao encerrar sua mensagem, padre Hilário dirige um desejo de bênçãos aos paroquianos: "Deus abençoe a todos com saúde e paz".

Confira a programação

Dia	Horário	Local e celebração
Sábado, 14/11	15h	Missa na comunidade São Geraldo
Sábado, 14/11	17h	Missa na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Sábado, 14/11	19h	Primeira Eucaristia na comunidade São Francisco, em Vale Verde
Domingo, 15/11	8h30	Missa na Igreja Matriz, em Passo do Sobrado
Domingo, 15/11	10h	Missa na comunidade São José

Por **Dom Itacir Brassiani msf Bispo Diocesano de Santa Cruz do Sul**

Jesus de Nazaré é o dom de Deus aos pobres

Na reflexão para a 10ª Jornada Mundial dos Pobres, Papa Leão XIV destaca que a autenticidade da fé cristã se revela no acolhimento e na solidariedade com os mais vulneráveis.



Esta é uma afirmação do Papa Leão XIV na sua reflexão para a *10ª Jornada Mundial dos Pobres*, celebrada pelas comunidades católicas no próximo domingo. O Pontífice romano escolhe como título da sua mensagem a bela e profunda expressão do Salmo: "O Senhor é o refúgio do pobre" (14,6), e diz com todas as letras que esta expressão se torna critério para avaliar a autenticidade ou falsidade da existência cristã.

"Como assim?", perguntam aqueles que, à simples menção da palavra "pobre" numa pregação, veem o pregador cercado de uma plêiade de comunistas detestáveis. É o ateísmo prático que provoca essa ira e essa ilusão de ótica. E o Papa explica: "A ausência de Deus faz com que as pessoas já não se coloquem umas ao lado das outras, num clima de respeito mútuo, mas sim umas acima das outras, num clima de domínio e opressão".

Desse ateísmo prático, mesmo que goste de se apresentar traços religiosos, passa-se à "lógica mundana de abuso de poder e descarte, que marginaliza e humilha". Assim, podemos entender por que o clamor dos pobres por justiça hoje é abafado. O desejo descontrolado de consumo, a sedução exercida pela meritocracia, a crença ingênua na força libertadora da tecnologia vai nos tornando cegos e surdos a tudo o mais.

Jesus Cristo torna real e concreta a promessa de Deus e a afirmação do salmista. "Com a encarnação do Filho, Deus vem habitar entre nós e torna concreto e visível o refúgio esperado. Jesus Cristo é verdadeiramente o refúgio de Deus para os pobres. Nele, Deus não só protege, mas partilha a pobreza humana até à cruz", escreve o Papa que está em visita à América Latina. E isso se torna regra de vida e critério de avaliação da nossa fé.

"Os pobres dos nossos dias são os esquecidos e os marginalizados, privados de uma palavra e de um rosto, e não só do pão". Eles estão apenas no *CadÚnico* dos nossos governos e, às vezes, nas páginas policiais. Mas, "à obsessão de quem acumula riquezas apenas para si e para os seus, opõe-se a obstinação de Deus que, no testemunho de pessoas de carne e osso, abre o coração e acolhe no seu amor", diz o Papa.

Por isso, diz o Papa Leão, "a comunidade cristã não pode permanecer insensível perante tantos que hoje se encontram à porta e permanecem invisíveis para aqueles que estão fechados entre as suas próprias paredes". Por sua própria natureza cristã, a Igreja é chamada ela mesma a ser pobre e refúgio para os pobres, dar vez aos pequeninos e caminhar pobre com os pobres, ser um lugar onde os pobres têm o privilégio. A fé não apenas nos assegura refúgio em Deus, mas nos leva a ser um refúgio para os outros.

Dom Itacir Brassiani msf

Vale Verde doa van para reforçar atendimento a comunidades atingidas por desastres

Veículo que já serviu como ambulância será preparado para transportar equipes, equipamentos de socorro e mantimentos.

Por Gazeta Popular



A Prefeitura de Vale Verde entregou, na tarde de segunda-feira (9), uma van à Associação Nacional de Desastres Naturais (ANDN). A entidade reúne bombeiros voluntários e representantes da sociedade civil de Vale Verde e Passo do Sobrado e vai utilizar o veículo em resgates, salvamentos e ações de apoio a comunidades atingidas por desastres naturais.

A van, uma Mercedes-Benz Sprinter ano 2010, estava destinada a leilão. A doação foi solicitada pela própria associação e aprovada pela Câmara de Vereadores. O veículo serviu por vários anos como ambulância da Secretaria Municipal da Saúde e, mais recentemente, era utilizado pela Secretaria de Obras em pequenos serviços.

Segundo o presidente da ANDN, Selvino Ignácio da Silva, a van será preparada para levar equipes e suprimentos aos locais de atendimento. “Neste veículo poderemos levar equipamentos de socorro, mantimentos e a própria equipe”, afirmou. Ele agradeceu à administração municipal e à Câmara pela doação.

A van se soma a um motorhome já adquirido pela associação para apoiar o atendimento a municípios em situações de emergência e calamidade. O prefeito Ricardo Froemming e o vice-prefeito Gabriel Dettenborn de Mello destacaram que a atuação da entidade oferece apoio às comunidades em casos de enchentes, temporais e outras emergências.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/vale-verde-doa-van-para-reforcar-atendimento-a-comunidades-atingidas-por-desastres/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Vale Verde pede caminhão para coleta de lixo e recursos para a saúde em Brasília

Prefeito Ricardo Froemming, presidente da Câmara Dion Souza e vereador Roger Toillier levaram as demandas do município ao deputado federal Bohn Gass e ao gabinete do senador Paulo Paim.

Por Gazeta Popular

O prefeito de Vale Verde, Ricardo Froemming, o presidente da Câmara de Vereadores, Dion Souza, e o vereador Roger Toillier deram continuidade à agenda em Brasília nesta quarta-feira (11). A comitiva solicitou apoio para a aquisição de um caminhão para a coleta de lixo e encaminhou um pedido de recursos para a saúde municipal.



Segundo Dion Souza, o pedido do caminhão foi apresentado ao deputado federal Bohn Gass (PT-RS). A demanda já havia sido levada ao gabinete do parlamentar em fevereiro de 2025, quando a Prefeitura solicitou uma emenda para a compra de um caminhão equipado com prensa para a coleta de resíduos, conforme divulgado à época pela assessoria municipal.

A comitiva também esteve no gabinete do senador Paulo Paim (PT-RS), onde encaminhou o pedido de recursos para a saúde, de acordo com o presidente do Legislativo. O valor solicitado e a aplicação específica dos recursos ainda não foram informados. Até a publicação, a Gazeta Popular não havia confirmado a aprovação de nenhum dos dois pedidos.



Divulgação

A agenda na capital federal começou na terça-feira (10), com uma reunião de Froemming, Dion Souza e Roger Toillier com o deputado federal Alceu Moreira para tratar da busca de recursos para Vale Verde.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/vale-verde-pede-caminhao-para-coleta-de-lixo-e-recursos-para-a-saude-em-brasilia/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Comitiva de Vale Verde busca recursos para educação, máquinas e infraestrutura em Brasília

Prefeito Ricardo Froemming, presidente da Câmara Dion Souza e vereador Roger Toillier apresentam demandas do município em visitas a gabinetes parlamentares

Por Gazeta Popular



O prefeito de Vale Verde, Ricardo Froemming, o presidente da Câmara de Vereadores, Dion Souza, e o vereador Roger Toillier deram continuidade à agenda em Brasília com pedidos de recursos para educação, máquinas e infraestrutura. As visitas buscam apoio parlamentar para viabilizar investimentos e atender às necessidades do município.

Na visita ao deputado federal Sanderson, a comitiva encaminhou uma solicitação de recursos para a aquisição de um ônibus destinado à Secretaria Municipal de Educação. O objetivo é reforçar a estrutura de transporte para o atendimento aos estudantes.



Divulgação

Ao deputado federal Afonso Hamm, os representantes apresentaram um pedido de recursos para Vale Verde, priorizando o setor de máquinas. A demanda busca melhorar as condições de execução dos serviços municipais.



A programação também incluiu uma visita ao gabinete do deputado federal Pompeo de Mattos, onde foram encaminhados pedidos de recursos para projetos de infraestrutura. No gabinete do deputado federal Marcel van Hattem, a comitiva solicitou apoio para investimentos no município.



Divulgação

O presidente do Legislativo, Dion Souza, destacou a importância da atuação conjunta na busca por recursos.

"Buscar recursos para Vale Verde é uma responsabilidade que compartilhamos entre o Legislativo e o Executivo. Estamos em Brasília para apresentar as necessidades da nossa comunidade e buscar apoio para investimentos em educação, infraestrutura e máquinas. Essa união de esforços é importante para ampliar a capacidade de atendimento do município e transformar as demandas da população em melhorias concretas", destacou Dion.



O prefeito Ricardo Froemming também ressaltou a importância da articulação política em nível federal, especialmente diante dos desafios financeiros previstos para o próximo ano.

"Cada passo dado em Brasília é uma oportunidade de trazer mais desenvolvimento, obras e qualidade de vida para nossa gente. Estamos trabalhando com dedicação para que, em 2027, Vale Verde avance ainda mais, mesmo com a perspectiva de redução de retorno do bolo orçamentário aos municípios", afirmou.

Os pedidos apresentados nos gabinetes dependem de análise e de posteriores definições sobre a destinação dos recursos. A comitiva mantém a programação de reuniões até esta quinta-feira, 12 de novembro, quando está previsto o retorno a Vale Verde.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/comitiva-de-vale-verde-busca-recursos-para-educacao-maquinas-e-infraestrutura-em-brasilia/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Vale Verde inicia reforma do prédio da Educação pelo anfiteatro

Primeira etapa prevê investimento de R$ 143,9 mil em espaço de 110 m², que estava interditado devido a infiltrações e riscos aos usuários

Por Gazeta Popular



A Prefeitura de Vale Verde iniciou neste mês de novembro a reforma do prédio da Secretaria Municipal de Educação, onde também funciona o Centro de Cultura João Gomes Mariante. Os trabalhos serão realizados em etapas, começando pelo anfiteatro, com área de 110 metros quadrados.

Nesta primeira fase, o investimento é de R$ 143.957,48, custeado com recursos próprios do município. A execução está a cargo da empresa Porto Construções Ltda.

As intervenções incluem substituição da cobertura e do forro, reparos nas instalações elétricas, execução de escadas e rampas, instalação de corrimãos e guarda-corpos, troca do revestimento do piso e pinturas internas e externas.

O prefeito Ricardo Froemming e o vice-prefeito Gabriel Dettenborn de Mello acompanham os trabalhos. Conforme Froemming, a reforma permitirá renovar um ambiente utilizado em diferentes atividades. O espaço “tem grande utilidade, tanto para reuniões, treinamentos e apresentações diversas”, destacou.

Segundo o prefeito, o anfiteatro foi priorizado porque já estava interditado em razão de infiltrações e dos riscos aos usuários. Após a conclusão dessa etapa, a Prefeitura dará continuidade à reforma no restante do prédio.



Geleia de amora com morango

Fácil de preparar, receita caseira combina o sabor das frutas com um toque de limão e acompanha bolos, sorvetes e outras sobremesas.

Por Gazeta Popular



A geleia de amora com morango é uma opção prática para dar mais sabor às sobremesas. Com apenas quatro ingredientes, a receita combina a doçura das frutas com a acidez do limão, resultando em uma mistura de cor intensa e textura encorpada. Pode ser utilizada como recheio de bolos, cobertura de sorvetes ou acompanhamento para pães e torradas.

Ingredientes

- 200 gramas de amoras frescas ou congeladas;
- 200 gramas de morangos frescos ou congelados;
- 1 xícara de chá de açúcar refinado ou cristal (200 gramas);
- Suco de ½ limão.

Modo de preparo

1. Higienize as frutas frescas e retire as folhas dos morangos. Corte os morangos e parte das amoras em pedaços pequenos. Se preferir uma geleia com pedaços, reserve algumas amoras inteiras.
2. Coloque os morangos, as amoras, o açúcar e o suco de limão em uma panela. Misture bem.
3. Leve ao fogo baixo e cozinhe por cerca de 20 minutos, mexendo de vez em quando para evitar que a mistura grude no fundo. O tempo pode variar conforme a quantidade de água das frutas e a consistência desejada.
4. Observe o ponto: a geleia deve ficar mais espessa e brilhante. Lembre-se de que ela ganhará firmeza depois de esfriar.
5. Desligue o fogo e transfira a geleia para um recipiente próprio para alimentos, limpo e resistente ao calor. Deixe amornar e leve à geladeira.
6. Sirva como recheio, cobertura ou acompanhamento. Mantenha a geleia refrigerada em recipiente bem fechado e utilize sempre um utensílio limpo ao servir.

Heitor Schuch prega cautela sobre pacote fiscal, cobra corte de supersalários e defende subsídios ao crédito rural

Texto-base do PLP 299/2026 foi aprovado por 45 votos a 31 nesta quinta-feira (12) e agora se prepara para chegar à Câmara; em entrevista, deputado federal gaúcho aponta que ajuste é necessário, mas alerta para preservação do Pronaf e da competitividade do setor produtivo

Por Gazeta Popular



O deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS) afirmou que a Câmara dos Deputados deve analisar com cautela o Projeto de Lei Complementar (PLP 299/2026), conhecido como o novo pacote de ajuste fiscal do governo federal, assim que a proposta concluir sua tramitação no Senado. Embora concorde com a necessidade de reduzir o déficit nas contas públicas, o parlamentar defendeu a preservação de subsídios essenciais para a agricultura familiar e criticou os chamados "penduricalhos" do funcionalismo público.

O texto-base da proposta, de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA) e relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi aprovado pelo Plenário do Senado nesta quinta-feira (12), em regime de urgência, por **45 votos favoráveis e 31 contrários** (com 5 senadores sem voto registrado). Ainda restam quatro destaques a serem votados na próxima terça-feira (17) antes do envio formal à Câmara dos Deputados. O substitutivo aprovado projeta uma melhora de **R$ 45,1 bilhões a R$ 56,1 bilhões** no resultado primário de 2027.

Segundo Schuch, a proposta ainda passa por um momento de avaliação por parte das entidades representativas do campo. Ele destacou que organizações como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) ainda não haviam apresentado

manifestações contrárias formais ao projeto antes da votação no Senado.

"Eu também acho que o governo tem que gastar menos, mas a gente tem que dar uma olhada nisso com calma. [...] Quando se fala em reduzir custos e despesas, isso vale até para a casa da gente", avaliou o deputado.

Crítica aos supersalários e defesa do Pronaf

Ao comentar os alvos do corte de gastos, Heitor Schuch contrapôs os investimentos sociais e produtivos às vantagens salariais de integrantes do sistema de Justiça. O parlamentar criticou o pagamento de verbas extras que elevam os rendimentos de juízes e promotores — tema para o qual o texto aprovado no Senado estabelece um prazo de 120 dias para regulamentação pelo Congresso.

"O governo hoje paga Bolsa Família, Vale-Gás e outras coisas mais, mas também paga para os penduricalhos de juízes e promotores. Eu vi essa semana que estavam pedindo dinheiro extra para pagar até R$ 300 mil", pontuou.

Por outro lado, o deputado ressaltou que o corte de despesas não pode comprometer a equalização das taxas de juros do crédito rural, mecanismo pelo qual a União cobre a diferença entre a taxa básica de juros (Selic) e os juros subsidiados oferecidos ao produtor.

"O agricultor que fez um financiamento de custeio ou de investimento, para não pagar os 13,75% que é a Selic do Banco Central, paga, por exemplo, 5% de juro no Pronaf. Quem paga essa diferença é o governo. Certamente ninguém quer que o governo pare de pagar isso", afirmou Schuch, classificando o tema como delicado.

Debate no Senado e impacto no setor produtivo

Durante a sessão no Senado, o relator Eduardo Braga incorporou mais de 20 emendas — tanto da base governista quanto da oposição — e defendeu que a medida garante responsabilidade fiscal e social para viabilizar um Orçamento realista em 2027. Por outro lado, senadores da oposição criticaram a matéria: Carlos Portinho (PL-RJ) classificou a iniciativa como um "band-aid" e acusou o texto de elevar impostos e reduzir incentivos produtivos, enquanto Tereza Cristina (PP-MS) e Wanderlan Cardoso (PSD-GO) defenderam o adiamento da votação.

Fora do Parlamento, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) criticou a proposta por concentrar parcela significativa do ajuste nas empresas, alertando para riscos sobre liquidez, investimentos, exportações e competitividade — especialmente pela restrição temporária à compensação de créditos tributários e pelo corte de benefícios fiscais, medidas que elevam custos e pressionam o caixa corporativo.

Na mesma linha, Schuch abordou o debate sobre a tributação do agronegócio e a renúncia fiscal em produtos estratégicos. De acordo com o parlamentar, há pressões no debate econômico para que o Brasil passe a cobrar imposto sobre a exportação de produtos primários *in natura* — como soja, milho, arroz e tabaco, que hoje são isentos na venda ao exterior, incidindo apenas a contribuição previdenciária (Funrural) na comercialização interna.

O deputado ponderou, contudo, que qualquer alteração tributária no campo exige cuidado devido à dependência externa do país na compra de fertilizantes. Além disso, lembrou que as desonerações vigentes ajudam a conter o custo de produção, citando o caso do óleo diesel — cujo subsídio extraordinário de até R$ 10,5 bilhões foi mantido fora da apuração da meta fiscal de 2026 no texto aprovado pelos senadores.

Para Schuch, a chegada do projeto à Câmara dos Deputados será o momento decisivo para detalhar os impactos reais de cada medida. "Vai ter alguns ajustes muito importantes e, certamente, alguns setores vão ser beneficiados, como sempre, e outros vão ser penalizados, como também normalmente acontece", concluiu.

Saiba mais: O que foi aprovado no texto-base do PLP 299/2026

- **O que é:** Projeto de Lei Complementar que altera o arcabouço fiscal para ampliar o controle de despesas e receitas da União, focando no cumprimento das metas fiscais a partir de 2027.
- **Placar no Senado:** Aprovado por **45 votos a 31** (com 4 destaques pendentes para votação na terça-feira, 17).
- **Autor e relator:** De autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA) e relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM).
- **Estimativa fiscal:** O substitutivo aprovado projeta uma melhora de **R$ 45,1 bilhões a R$ 56,1 bilhões** no resultado primário de 2027.
- **Principais medidas aprovadas:**
  - Redução linear de **10%** nos benefícios fiscais (preservando exceções como desoneração da folha, semicondutores/informática e veículos para PcD);
  - Permissão para o governo impor limites temporários à compensação de créditos tributários acumulados pelas empresas em períodos de contenção de despesas;
  - Redução do limite de crescimento real das despesas públicas de **2,5% para 2%** acima da inflação em caso de risco à meta fiscal;
  - Limitação de recursos do Programa de Financiamento às Exportações (**PROEX**) e possibilidade de desvinculação de até **40%** de determinados superávits financeiros;
  - Prazo de **120 dias** para o Congresso discutir a regulamentação dos supersalários no serviço público;
  - Exclusão de receitas extraordinárias da exportação de petróleo da base de cálculo do piso da saúde até **2030** e abatimento de até **R$ 10,5 bilhões** de subsídios ao diesel na meta de 2026.

Agroindústria familiar Konzen & Mayer recebe certificação do SIM em Santa Cruz do Sul

Empreendimento de Linha Pinheiral produz linguiças e amplia oportunidades de comercialização com o registro no Serviço de Inspeção Municipal

Por Gazeta Popular



A Agroindústria Familiar Konzen & Mayer (KM), localizada na Travessa Kipper, em Linha Pinheiral, no interior de Santa Cruz do Sul, recebeu na manhã de quarta-feira, 11, o Título de Registro no Serviço de Inspeção Municipal (SIM). A certificação foi entregue pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, e representa uma nova etapa para o empreendimento de Rogério Henrique Mayer e Adriane T. Konzen Mayer.

Registrada como Unidade de Beneficiamento de Carne e Produtos Cárneos, a agroindústria passou por adequações em suas instalações para atender às exigências sanitárias. Com a conquista, a família amplia as possibilidades de comercialização de seus produtos no município, incluindo supermercados, restaurantes, feiras e programas institucionais, como a alimentação escolar.

A entrega do título ao proprietário foi realizada pelo secretário de Agricultura, Zeno José Assmann. Também participaram o subsecretário Edson Luiz Schuck; o chefe do escritório da Emater de Santa Cruz do Sul, Assilo Martins Corrêa Jr.; os médicos-veterinários do SIM, Jaqueline Inez Hoffmann e Juliano Gomes; e a médica-veterinária responsável técnica pelo estabelecimento, Alice Mueller.

Assmann destacou que os produtos da família já estão presentes nas feiras Central e de Linha Santa Cruz e ressaltou as oportunidades abertas pela certificação.

"Eles podem comercializar seus produtos nos supermercados, restaurantes, feiras, além de programas institucionais como a merenda escolar. Parabéns pela conquista e a coragem de começar um novo empreendimento, que tenham muito sucesso, pois qualidade e competência não faltam. Estamos aqui para sermos parceiros das agroindústrias", afirmou o secretário.

Para Rogério, o registro representa um avanço em uma trajetória de décadas de atuação nas feiras rurais. "Já estamos inseridos nas feiras rurais há 40 anos e hoje trabalhamos com embutidos na fabricação de linguiças. Estamos muito felizes com esta conquista", declarou.

Após a entrega, os participantes conheceram as dependências da agroindústria e degustaram as linguiças produzidas pela família.



O SIM é responsável pela inspeção e fiscalização de estabelecimentos que trabalham com produtos de origem animal no município. O serviço acompanha as condições sanitárias de produção e beneficiamento, contribuindo para a segurança dos alimentos e a formalização das agroindústrias locais. Entre suas atividades estão o registro de estabelecimentos e rótulos, a aprovação de projetos estruturais, o controle da água de abastecimento e as análises laboratoriais.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/agroindustria-familiar-konzen-mayer-recebe-certificacao-do-sim-em-santa-cruz-do-sul/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Amprotabaco articula socorro a 62 municípios da Região Sul atingidos por eventos climáticos extremos

Mobilização junto ao Governo Federal busca recursos emergenciais para reconstrução da infraestrutura, recuperação da produção agrícola e apoio às famílias atingidas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, envolvendo a Defesa Civil Nacional e os Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Agrário

Por Gazeta Popular



Diante dos prejuízos provocados pelos recentes temporais que atingiram os três estados do Sul, o presidente da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) e prefeito de Vera Cruz, Gilson Becker, intensificou a mobilização junto ao Governo Federal em busca de medidas emergenciais de apoio às comunidades atingidas. A articulação, formalizada na Capital Federal contempla 62 municípios identificados em levantamento preliminar da entidade, sendo 27 no Rio Grande do Sul, 17 em Santa Catarina e 18 no Paraná. O movimento busca sensibilizar o governo para a gravidade dos danos causados por vendavais, granizo e enxurradas, que comprometeram estradas, pontes, prédios públicos, residências e atividades produtivas.

Dois Ministérios, da Agricultura e Pecuária e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, além da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional foram acionados pela representação dos municípios produtores de tabaco que está em Brasília. Entre as reivindicações estão a liberação de recursos para reconstrução de estruturas municipais, agilidade no reconhecimento de situações de emergência, assistência às famílias desabrigadas e mecanismos de recuperação econômica para os produtores rurais. Becker ressalta que muitos municípios, especialmente os de pequeno e médio porte, não possuem capacidade financeira para enfrentar isoladamente as consequências dos temporais. “Estamos falando de comunidades que tiveram sua infraestrutura comprometida, famílias que perderam parte do patrimônio e produtores que viram meses de trabalho serem atingidos em poucos minutos. É uma situação que exige sensibilidade, urgência e uma resposta articulada do poder público. Os municípios precisam de apoio concreto para reconstruir o que foi destruído e restabelecer as condições de vida da população”, destaca

A preocupação também, conforme o presidente da Amprotabaco, se concentra na produção agrícola, especialmente na cultura do tabaco, que sustenta milhares de famílias e movimenta a economia de centenas de comunidades rurais. Conforme registros divulgados no início do mês de novembro pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), houve expressivo aumento nos avisos de danos por granizo na safra 2026/2027. Além das perdas nas lavouras, os fenômenos climáticos danificaram estufas, galpões e equipamentos, comprometendo a capacidade produtiva e a renda das famílias. Nesse contexto, a Amprotabaco solicita a avaliação de condições especiais de crédito rural, prorrogação de financiamentos, instrumentos de cobertura de riscos, assistência técnica e apoio à recuperação das estruturas produtivas. “O impacto de uma perda agrícola não termina na propriedade. Ele alcança o comércio, os serviços, a arrecadação municipal e toda a economia regional. Precisamos assegurar condições para que essas famílias possam continuar produzindo, honrar seus compromissos e preservar sua fonte de sustento”, enfatiza.

A iniciativa também busca estabelecer uma agenda institucional com representantes dos ministérios e da Defesa Civil Nacional para apresentar os levantamentos de prejuízos e discutir providências emergenciais e estruturantes. Entre os pedidos estão o suporte técnico às administrações municipais, a recuperação de estradas e acessos rurais, a reconstrução de equipamentos públicos e a ampliação dos instrumentos federais de assistência. Para a Amprotabaco, a mobilização representa um esforço de defesa dos municípios produtores, cuja sustentabilidade econômica está diretamente relacionada à capacidade de recuperação das comunidades atingidas. Becker reforça que o momento exige união entre as diferentes esferas de governo e atenção especial às localidades mais vulneráveis. “Nossa responsabilidade é levar a realidade desses municípios até Brasília e buscar os caminhos necessários para que o socorro chegue a quem precisa. Não se trata apenas de reconstruir estruturas, mas de proteger famílias, preservar empregos e garantir condições para que nossas comunidades possam se reerguer”, complementa.

Municípios identificados no levantamento da Amprotabaco

Rio Grande do Sul – 27 municípios

Agudo, Áurea, Barra do Rio Azul, Boqueirão do Leão, Candelária, Dilermando de Aguiar, Erval Grande, Esperança do Sul, Espumoso, Frederico Westphalen, Herveiras, Ibiaçá, Iraí, Itatiba do Sul, Júlio de Castilhos, Marau, Muliterno, Paraíso do Sul, Passa Sete, Porto Vera Cruz, Protásio Alves, Relvado, Rodeio Bonito, São Domingos do Sul, São Pedro do Sul, Sertão e Vicente Dutra.

Santa Catarina – 17 municípios

Anita Garibaldi, Bela Vista do Toldo, Caxambu do Sul, Chapecó, Fraiburgo, Guatambu, Itaiópolis, Lages, Monte Castelo, Palmitos, Papanduva, Paraíso, Pinhalzinho, Rio do Campo, Rio Negrinho, Santa Terezinha e Vargem.

Paraná – 18 municípios

Alto Piquiri, Cândido de Abreu, Capanema, Cianorte, Honório Serpa, Lapa, Marquinho, Palmeira, Quedas do Iguaçu, Quitandinha, Rebouças, Rio Azul, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, São João do Triunfo, São Mateus do Sul e Tijucas do Sul.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/amprotabaco-articula-socorro-a-62-municipios-da-regiao-sul-atingidos-por-eventos-climaticos-extremos/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Câmara Setorial do Tabaco encerra agenda de 2026 com balanço do setor

Representantes do setor avaliaram o cenário da produção, os impactos do granizo e o desempenho das exportações brasileiras de tabaco. Grupo também definiu o calendário de reuniões previstas para 2027.

Por Gazeta Popular

A 81ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco foi realizada nesta quarta-feira, 11 de novembro, reunindo representantes das principais entidades do setor para discutir o cenário da produção, o desempenho das exportações e as ações desenvolvidas ao longo do ano. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da Câmara Setorial, Romeu Schneider, em formato híbrido.

Os resultados da safra 2025/2026 foram apresentados pelo presidente da Afubra, Marcílio Drescher, que fez o comparativo com a safra anterior em temas como volume produzido, área plantada e preço do tabaco. Drescher também comentou sobre a ocorrências de granizo no Sul do País. Até o momento, na safra 2026/27, já foram registradas



25.312 lavouras atingidas por granizo, um aumento de 209% em relação à mesmo ao período anterior, quando foram 8.179 ocorrências entre produtores associados à Afubra.

Os municípios com produtores de tabaco que mais registraram acionamentos da Afubra em razão da ocorrência de granizo foram Imbituva (5.198 registros, aumento de 190%); Rio Negro (4.092, alta de 114%); Santa Cruz do Sul (2.910, aumento de 183%); São Miguel do Oeste (2.769, alta de 455%); Candelária (2.527, aumento de 388%) e Rio do Sul (2.337, alta de 215%).

Panorama das exportações brasileiras de tabaco em 2026

Entre janeiro e outubro de 2026, as exportações brasileiras de tabaco somaram 365.769 toneladas, uma redução de 16,55% em relação ao mesmo período de 2025. Em valores, os embarques totalizaram US$ 2,158 bilhões, recuo de 19,66% na mesma base de comparação. Os principais destinos do tabaco brasileiro no período foram Bélgica, Indonésia, China, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Polônia e Vietnã.

O cenário confirma um ano desafiador para o comércio internacional de tabaco, em meio a fatores como barreiras tarifárias, instabilidade econômica global e maior concorrência de outros países produtores. Na avaliação do presidente do SindiTabaco, Valmor Thesing, a safra 2026/27 também deverá ser marcada por desafios.

Entre os fatores de preocupação está o impacto da possível manutenção das tarifas atuais de importação impostas pelos Estados Unidos, que poderá representar perdas de até US$ 150 milhões para o setor. “Havia a expectativa de que a questão fosse resolvida por meio de uma saída diplomática, o que acabou não se concretizando até o momento”, comenta.

Thesing também chama a atenção para o desequilíbrio entre oferta e demanda no mercado mundial e para o avanço da produção africana nos últimos quatro anos, com destaque para a manutenção de volumes expressivos pelo Zimbábue na atual safra. Outro fator de atenção será o comportamento climático, especialmente os possíveis efeitos do El Niño, tanto no Brasil quanto nos países concorrentes.

A pauta da reunião também contemplou um balanço da Abertura Oficial da Colheita do Tabaco, realizada em 6 de novembro, em Vera Cruz (RS), e discussões sobre os possíveis efeitos do Imposto Seletivo para o setor.

CALENDÁRIO 2027 – O grupo também definiu o calendário de reuniões para 2027. O primeiro encontro será realizado em 7 de abril, em Salvador (BA). A segunda reunião está prevista para 2 de setembro, durante a programação da Expointer, em Esteio (RS). O terceiro encontro deverá ocorrer no início de dezembro, com data ainda a ser definida.

SOBRE A CÂMARA SETORIAL – Instalada em 12 de dezembro de 2003, em Santa Cruz do Sul (RS), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco é um fórum consultivo vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária que reúne representantes do poder público e de entidades dos diferentes segmentos da cadeia produtiva. O colegiado tem como objetivo promover o diálogo entre os diversos elos do setor, debater temas estratégicos e propor encaminhamentos que contribuam para o fortalecimento da atividade, da produção ao comércio, com foco na competitividade, na sustentabilidade e no desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/camara-setorial-do-tabaco-encerra-agenda-de-2026-com-balanco-do-setor/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Mulheres que movem histórias

2º Encontro CERTAJA Mulher celebra conhecimento, integração e protagonismo feminino

Por Gazeta Popular



Uma tarde de conexões, descobertas, aprendizado e celebração da força feminina: assim foi o 2º Encontro CERTAJA Mulher, realizado no dia 30 de outubro, na ACERTA, em Taquari. Com o tema "Mulheres que movem histórias", o evento foi dedicado à troca de experiências, ao desenvolvimento pessoal e ao fortalecimento dos laços construídos pelo cooperativismo.

A programação contou com uma dinâmica, conduzida por Fátima Silva, e a palestra "A liderança que floresce em mim", ministrada por Cleusa Fagundes.

O encontro também marcou a conclusão da primeira formação do Comitê CERTAJA Mulher, iniciada em junho, que reuniu mulheres dispostas a aprender, compartilhar ideias e ampliar sua participação na cooperativa e em suas comunidades.

Para a cooperada Isabel Schnorremberger, o encontro representa uma oportunidade de renovar energias e reconhecer o potencial feminino. "É conhecimento, alegria, descontração. É a força da mulher. A mulher pode estar onde ela quiser", destaca.

Coordenadora do setor de Relacionamento com o Cooperado, Deise Ferreira de Araújo celebra a segunda edição do evento. "É uma alegria proporcionar esse momento de troca entre essas mulheres tão potentes que temos em nosso quadro social. Vamos seguir ampliando as oportunidades e preparando novas experiências. Nosso movimento cresce com a participação de cada mulher."

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/mulheres-que-movem-historias/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Romaria de Schoenstatt terá caminhada pela paz e abertura do jubileu de ouro

Programação em Santa Cruz do Sul ocorre em 22 de novembro e inclui lançamento de campanha para construção de um pavilhão comunitário

Por Gazeta Popular



Com o lema "Mãe e Rainha, ensina-nos a dialogar pela paz", a 47ª Romaria ao Santuário de Schoenstatt será realizada no domingo, 22 de novembro, em Santa Cruz do Sul. A programação reunirá fiéis para procissão, missa e almoço comunitário, além de marcar a abertura do jubileu de ouro do Santuário no município.

A caminhada começa às 8h30, em frente à Catedral São João Batista, e seguirá pela Rua Fernando Abott até o Santuário, no bairro Goiás. Durante o percurso, estão previstas quatro paradas para bênçãos: diante do Hospital Santa Cruz, na Feira Rural, em uma escola infantil e na Delegacia da Mulher.

Às 10h, será celebrada missa no Santuário, seguida de almoço comunitário. Os ingressos antecipados custam R$ 25,00 e estão disponíveis na secretaria da Catedral, na casa das Irmãs, ao lado do Santuário, no Bar Sulzbacher, na Loja Pioneira e na Padaria Panisul.

Além da abertura do jubileu de ouro, a romaria celebrará os 100 anos de fundação das Irmãs de Schoenstatt, na Alemanha, e os 80 anos da presença da congregação em Santa Cruz do Sul.

Durante o encontro, também será lançada uma campanha de arrecadação para construir um pavilhão comunitário. Com orçamento de R$ 850 mil, o espaço terá capacidade para acolher 250 pessoas.

Celebrações de Crisma acontecem neste final de semana em Santa Cruz do Sul e Santa Clara do Sul

Neste final de semana, as comunidades de Santa Cruz do Sul e Santa Clara do Sul celebram o Sacramento da Crisma, em encontros que reunirão jovens e adultos para confirmar sua fé e renovar o compromisso com a caminhada cristã. Na Paróquia Santo Antônio, em Santa Cruz do Sul, serão realizadas cinco celebrações, envolvendo 105 crismandos. A primeira acontece na sexta-feira, 13 de novembro, às 19h, na Comunidade Santa Clara, no Corredor Zanette. No sábado, 14 de novembro, haverá celebrações às 15h e às 19h, na Igreja Matriz. No mesmo dia, às 17h, a celebração será na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, no bairro Esmeralda. Todas serão presididas pelo bispo emérito, Dom Aloísio Alberto Dilli. No domingo, 15 de novembro, às 8h30, a celebração acontece na Comunidade São José, no bairro Aliança, e será presidida pelo bispo diocesano, Dom Itacir Brassiani. Já na Paróquia São Francisco Xavier, em Santa Clara do Sul, a celebração será realizada no sábado, 14 de novembro, às 18h, presidida por Dom Itacir Brassiani. Na ocasião, 54 crismandos receberão o sacramento.

Ultreia Festiva Diocesana do MCC será realizada em Candelária

O Movimento de Cursilhos de Cristandade (MCC) de Santa Cruz do Sul realizará, no dia 28 de novembro, a Ultreia Festiva Diocesana, na Paróquia Nossa Senhora da Candelária, em Candelária. A programação inicia às 17h, com acolhida, seguida de missa às 18h. Na sequência, haverá apresentação da Orquestra do Colégio Medianeira e, após, jantar dançante. O encontro será um momento de confraternização, espiritualidade e integração entre os integrantes do movimento.

Diocese de Santa Cruz do Sul lança novo site

Com o objetivo de integrar o trabalho de comunicação já desenvolvido pelas paróquias e comunidades e tornar mais efetivo o fluxo de informações para os públicos interno e externo, a Diocese de Santa Cruz do Sul lançou, no dia 10 de novembro, durante o Conselho Diocesano de Evangelização, seu novo site. O projeto de integração teve início em 2025 e busca fortalecer a comunicação e a comunhão em toda a Diocese. No novo portal, os fiéis encontram informações sobre a Diocese, o clero, as paróquias, os movimentos, as pastorais, os serviços, os carismas, as vocações e as diversas iniciativas evangelizadoras. Notícias e matérias sobre eventos, projetos e ações das comunidades também serão publicadas no site e compartilhadas nas redes sociais, fortalecendo os canais de comunicação diocesanos. A iniciativa pretende ser uma ferramenta de comunhão e sinodalidade, favorecendo a participação, a integração e o caminhar conjunto de todos na missão de evangelizar. Segue o link de acesso https://diocesesantacruz.com.br/



Conselho — Divulgação

Conselho Diocesano de Evangelização avalia acolhida das Diretrizes Diocesanas

No dia 10 de novembro, a Diocese de Santa Cruz do Sul realizou o Conselho Diocesano de Evangelização (CDE), no Seminário São João Batista. O encontro reuniu o bispo diocesano, Dom Itacir Brassiani; o bispo emérito, Dom Aloísio Alberto Dilli; padres, religiosos, seminaristas, diáconos, leigos representantes das paróquias, funcionários da Cúria e representantes de pastorais e movimentos sociais. Na acolhida, Dom Itacir destacou o CDE como um espaço de escuta e partilha, que oferece subsídios à Coordenação Diocesana da Ação Evangelizadora. “Nestes tempos de recepção e assimilação das Diretrizes Diocesanas é importante que a gente tenha uma participação ampla de padres e leigos, para que a gente possa escutar outras vozes, outras sugestões”, afirmou. Durante a manhã, os participantes foram divididos em oito grupos para realizar uma avaliação sobre a recepção e a acolhida das Diretrizes Diocesanas. As reflexões foram posteriormente compartilhadas em plenária. A programação seguiu à tarde, com momentos de diálogo e partilha, além da apresentação e discussão do planejamento da Coordenação Diocesana da Ação Evangelizadora para 2027.

Vereador Evaldir avalia como positiva viagem a Brasília e anuncia sinalização de recursos para Passo do Sobrado

Parlamentar destacou a articulação com deputados e senadores para garantir investimentos ao município em 2027. Entre os encaminhamentos, estão emendas sinalizadas pelo deputado federal Heitor Schuch.

Por Gazeta Popular

O vereador Evaldir Carlos Dettenborn (PSB), de Passo do Sobrado, avaliou como extremamente positiva sua viagem a Brasília, realizada com o objetivo de buscar recursos federais para o município e fortalecer o relacionamento institucional com deputados e senadores. Em entrevista à Gazeta Popular, o parlamentar destacou que as articulações resultaram em sinalizações favoráveis para a destinação de emendas parlamentares em 2027.

Segundo Evaldir, a agenda na Capital Federal teve como principal finalidade apresentar as necessidades de Passo do Sobrado e manter o contato com representantes políticos que poderão contribuir para a realização de investimentos no município.



"O objetivo único foi buscar recursos para Passo do Sobrado, estreitar relações com deputados atuais e novos, também com senadores", afirmou.

Um dos principais resultados destacados pelo vereador envolve o deputado federal Heitor Schuch (PSD), que, conforme Evaldir, sinalizou a destinação de emendas ao município para o próximo ano.

Schuch não conseguiu renovar seu mandato nas eleições de outubro de 2026, quando recebeu 68.832 votos no Rio Grande do Sul. O parlamentar, que representa a região do Vale do Rio Pardo na Câmara dos Deputados, permanece no exercício do mandato até janeiro de 2027.

De acordo com Evaldir, mesmo sem ter conquistado a reeleição, Schuch manifestou disposição em continuar contribuindo com Passo do Sobrado, considerando também o apoio eleitoral recebido no município.

"Já temos encaminhamento para o ano seguinte com o nosso ainda deputado federal Heitor Schuch, que, embora não reeleito, vai nos contemplar com emendas, pois obteve retorno eleitoral aqui", declarou.

O vereador explicou que as áreas que poderão receber os recursos serão divulgadas posteriormente. Também revelou que existem sinalizações positivas de representantes de outras legendas partidárias, ampliando as possibilidades de investimentos.

Apesar das perspectivas favoráveis, os valores, as áreas contempladas e os prazos para a efetiva liberação dos recursos ainda não foram detalhados. A concretização das emendas dependerá dos procedimentos orçamentários e administrativos necessários.

Recursos precisam retornar aos municípios, defende vereador

Ao avaliar a importância das viagens institucionais, Evaldir destacou que a busca por recursos junto aos governos federal e estadual é uma forma de recuperar parte dos valores arrecadados nos próprios municípios e posteriormente distribuídos por meio dos orçamentos públicos.

Para ele, a presença de representantes municipais em Brasília e Porto Alegre é necessária para apresentar demandas, acompanhar projetos e disputar recursos destinados a investimentos locais.

"Os recursos são gerados no município e levados para Brasília e Porto Alegre. Nós, embora às vezes criticados por alguns, precisamos fazer o caminho inverso e trazer parte desses valores de volta ao município. É o que tenho feito, é o que nós fazemos", ressaltou.

A declaração também evidencia a posição do vereador diante das críticas que, eventualmente, são direcionadas às viagens de representantes políticos. Evaldir argumenta que a articulação presencial com parlamentares e órgãos governamentais faz parte do trabalho de representação dos interesses da comunidade.

A transferência de recursos por meio de emendas parlamentares é um dos mecanismos utilizados para financiar ações municipais em diferentes setores. As indicações podem contemplar projetos de infraestrutura, aquisição de equipamentos, serviços públicos e outras necessidades, conforme as regras de cada modalidade de transferência.

Expectativa de novos investimentos em 2027

Com as primeiras sinalizações recebidas, Evaldir considera que a viagem abriu perspectivas para novas conquistas em 2027. O vereador também pretende manter o relacionamento com os parlamentares federais para acompanhar os encaminhamentos e buscar a efetivação das indicações.

A atuação junto a representantes de diferentes partidos foi apontada como parte da estratégia para ampliar as oportunidades de captação de recursos, independentemente das vinculações partidárias.

Para Passo do Sobrado, o próximo passo será acompanhar a formalização das emendas anunciadas e a definição das áreas que poderão receber investimentos.

A expectativa apresentada por Evaldir é de que os contatos estabelecidos em Brasília se transformem em recursos efetivos para atender às necessidades da população e contribuir para o desenvolvimento do município.

Imposto Seletivo sobre a cadeia do tabaco ameaça municípios e produtores, afirma Amprotabaco

Entidade alerta para riscos à produção, aos empregos e à arrecadação nos 525 municípios produtores, diante do avanço do mercado ilegal, e cobra políticas públicas menos punitivas e maior equilíbrio na tributação do setor

Por Gazeta Popular



Brasília (DF) –A Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amprotabaco) manifesta preocupação com os impactos do Imposto Seletivo sobre a cadeia produtiva e alerta para os riscos de enfraquecimento da atividade formal, redução da arrecadação municipal e fortalecimento do mercado ilegal. A Medida Provisória nº 1.399/2026, publicada pelo Governo Federal em 4 de novembro, estabelece as regras de tributação para 2027, com cobrança prevista a partir de 2 de fevereiro. Entre as alíquotas definidas estão 37,5% para o tabaco não manufaturado, nas operações sujeitas ao imposto, e 66,7% sobre uma base de cálculo equivalente a 15% do preço de varejo dos cigarros, acrescidos de uma parcela fixa de R$ 3,50 por maço de 20 unidades. Embora o Governo Federal sustente que a medida busca preservar a carga tributária durante a transição da reforma, a Amprotabaco considera necessário avaliar seus efeitos sobre a competitividade do setor e a sustentabilidade econômica das regiões produtoras.

A preocupação é reforçada pelo crescimento do mercado ilegal. Levantamento divulgado pela Ipsos-Ipec, em novembro, aponta que a participação dos cigarros ilegais no mercado brasileiro passou de 27% para 30% ao longo de 2026. Paralelamente, conforme dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), a safra 2025/2026 envolveu 135.972 famílias produtoras no Sul do País, com receita bruta de R$ 12,835 bilhões. Para o presidente da Amprotabaco e prefeito de Vera Cruz, Gilson Becker, o aumento da pressão tributária exige cautela diante das consequências para toda a cadeia produtiva. “Não podemos tratar a tributação do tabaco como uma questão isolada da indústria. Estamos falando de milhares de famílias que vivem da produção, de empregos e de municípios que dependem dessa atividade para movimentar suas economias. Uma política tributária que não considera a concorrência ilegal pode acabar penalizando quem trabalha dentro da lei, enquanto abre espaço para o contrabando, que não gera os mesmos empregos formais nem contribui com os tributos que sustentam os serviços públicos”, afirma.

A manifestação ocorre em meio às articulações institucionais acompanhadas pelo presidente da Amprotabaco em Brasília, incluindo agendas em busca de socorro aos 62 municípios dos três estados do Sul atingidos por eventos climáticos extremos. Para Becker, as dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais e pelos produtores rurais tornam ainda mais necessária uma avaliação abrangente das políticas públicas que afetam as economias regionais. “Como produtor, conheço os riscos e os custos de quem trabalha no campo. Como prefeito, sei o quanto a atividade econômica representa para a arrecadação e para a capacidade de investimento dos municípios. E, como presidente da Amprotabaco, tenho a responsabilidade de defender uma cadeia produtiva que já enfrenta desafios climáticos, econômicos e comerciais. Não podemos admitir que novas pressões comprometam ainda mais a sustentabilidade de uma atividade tão importante para o desenvolvimento regional”, ressalta.

Diante desse cenário, a Amprotabaco defende que o Congresso Nacional e o Governo Federal ampliem o diálogo com os representantes da cadeia produtiva e dos municípios antes da consolidação das regras permanentes do Imposto Seletivo. A associação sustenta a necessidade de políticas públicas que conciliem os objetivos de saúde pública com o combate ao comércio ilegal, a segurança jurídica, a manutenção dos empregos e a preservação das receitas municipais. “Não somos contrários às políticas públicas de saúde, mas defendemos que sejam construídas com responsabilidade, diálogo e equilíbrio. O Brasil precisa combater a ilegalidade e proteger quem produz, industrializa e comercializa dentro da lei. Precisamos de políticas que construam soluções, e não de medidas cada vez mais punitivas contra um setor que gera renda, empregos e desenvolvimento para centenas de municípios brasileiros”, complementa Becker.

Na COP31, Brasil reivindica protagonismo ambiental e Rio Grande do Sul alerta o mundo sobre urgência da adaptação climática

Realizada em Antália, na Turquia, a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática entra em sua reta final com cobrança brasileira por financiamento internacional e expõe a experiência gaúcha após as tragédias meteorológicas recentes.

Por Gazeta Popular



ANTÁLIA, TURQUIA — A crise climática deixou de ser uma projeção distante para se tornar uma realidade urgente na mesa de negociações da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP31), que ocorre entre os dias 9 e 20 de novembro de 2026 no Centro de Exposições de Antália, na costa mediterrânea da Turquia. Nesta sexta-feira (13), marcando o fechamento da primeira semana de cúpula e a transição da cúpula de líderes para as negociações técnicas ministeriais, o Brasil consolidou uma postura de cobrança direta aos países desenvolvidos. Ao mesmo tempo, o Rio Grande do Sul emergiu como um dos principais estudos de caso globais sobre os impactos de eventos extremos e a necessidade de descentralizar os recursos financeiros para reconstrução e adaptação.

O protagonismo brasileiro e os R$ 52 bilhões em recursos

Dando continuidade ao legado diplomático construído desde a realização da COP30 em Belém do Pará, a delegação brasileira desembarcou na Turquia buscando transformar compromissos políticos em financiamento concreto. Durante o encerramento de sua agenda oficial na cúpula, nesta quinta-feira (12), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil não participa mais das conferências ambientais de "cabeça baixa", reivindicando autoridade moral e técnica para cobrar ações efetivas das nações mais ricas. Segundo o chefe do Executivo, o compromisso brasileiro de zerar o desmatamento parte de uma decisão soberana e interna, não de pressões externas.

O discurso político foi acompanhado de anúncios financeiros expressivos. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, confirmou que o país retorna da conferência com R$ 52 bilhões em novos recursos captados para projetos voltados à descarbonização, bioeconomia e soluções baseadas na natureza. Além disso, o governo federal reforçou a mobilização internacional em torno do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), mecanismo criado para remunerar países que mantêm suas florestas em pé

sem depender exclusivamente de doações tradicionais, com expectativa de movimentar US$ 4 bilhões anuais. A comitiva também destacou a forte participação da sociedade civil, movimentos indígenas e lideranças jovens na formulação das metas climáticas nacionais.

O Rio Grande do Sul como vitrine da crise e da resiliência

Enquanto a diplomacia federal negociava metas globais de mitigação, o Rio Grande do Sul ocupou o centro dos debates sobre adaptação e gestão de desastres. Observado com atenção pela comunidade internacional desde as enchentes históricas de 2023 e 2024, o estado apresentou na Turquia os desafios de reconstruir infraestruturas inteiras sob a ameaça constante de novos eventos meteorológicos severos.

Em painéis no Fórum de Investimentos Subnacionais da Coalizão Under2 e em reuniões com o secretário-geral da ONU, António Guterres, o governador Eduardo Leite defendeu a criação de linhas de financiamento climático multinível. O argumento central da comitiva gaúcha é que os recursos internacionais costumam ficar retidos nas esferas nacionais, demorando a chegar aos estados e municípios que enfrentam as tragédias na ponta. Leite alertou que os recursos próprios do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) têm prazo para se esgotar, exigindo governança contínua e parcerias globais para sustentar obras de proteção contra cheias, como o programa "Espaço para o Rio".

A delegação estadual — que também contou com representantes da equipe do governador eleito, Luciano Zucco, sinalizando continuidade institucional na pauta ambiental — destacou que 442 dos 497 municípios gaúchos já cadastraram seus diagnósticos e planos de ação climática. Além da prevenção de desastres urbanos, o Rio Grande do Sul apresentou políticas voltadas à segurança alimentar e à transição energética, colocando os produtores rurais como parceiros estratégicos na adaptação agrícola e atraindo investidores estrangeiros para projetos locais de etanol, biogás e biometano.

Box Explicativo: Os Três Eixos da Participação na COP31

A Estratégia Estadual (Rio Grande do Sul)

Levando a experiência concreta da reconstrução pós-enchentes, o governo gaúcho concentra sua atuação na adaptação urbana, na prevenção de desastres e na resiliência do agronegócio. A principal bandeira financeira é o acesso direto de estados e municípios a fundos internacionais — o chamado financiamento multinível —, apoiado por iniciativas práticas como o programa *Espaço para o Rio*, o mapeamento climático de 442 municípios gaúchos e a atração de investimentos estrangeiros para a cadeia do biometano e biocombustíveis.

A passagem brasileira por Antália evidencia uma mudança de patamar na geopolítica ambiental: o país não apenas cobra a conta histórica das emissões dos países industrializados, mas leva à mesa tanto soluções financeiras de escala global quanto as lições duras aprendidas na reconstrução do território gaúcho. Para o Rio Grande do Sul, a conferência consolida o entendimento de que enfrentar as mudanças climáticas exige muito mais do que respostas emergenciais — demanda planejamento de longo prazo, cooperação entre governos e fluxo direto de investimentos para proteger cidades e populações vulneráveis.

O Cenário Global da Conferência

Organizada na Turquia sob presidência compartilhada de negociações com a Austrália, a COP31 tem como meta central manter vivo o limite de aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e revisar as metas nacionais do Acordo de Paris. A conferência foi estruturada em dias temáticos que abordam cidades resilientes, transição energética, agricultura sustentável e protagonismo juvenil, enfrentando o impasse histórico sobre quem deve pagar a conta da adaptação climática nos países em desenvolvimento.

A Posição do Governo Federal (Brasil)

Apostando na continuidade do prestígio adquirido na COP30 em Belém, a delegação brasileira foca na transição ecológica, no fim do desmatamento e na justiça climática. Na frente financeira, o país destacou a captação de R$ 52 bilhões via BNDES para projetos sustentáveis e a consolidação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), além de dar voz ativa aos povos indígenas e à sociedade civil nos debates oficiais.



Divulgação

Hospital São Sebastião Mártir anuncia suspensão da UTI Pediátrica após investimento de mais de R$ 16 milhões pela Prefeitura

Decisão envolve dez leitos de terapia intensiva em Venâncio Aires e ocorre após três anos de dificuldades no financiamento do serviço.

Por Gazeta Popular

O Hospital São Sebastião Mártir (HSSM), de Venâncio Aires, anunciou a suspensão temporária das atividades de sua Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Pediátrica, em uma decisão que representa uma mudança importante na assistência hospitalar de alta complexidade no Vale do Rio Pardo. A medida foi aprovada pela Comissão Gestora da instituição e comunicada ao Governo do Estado, após três anos de dificuldades para garantir recursos suficientes à manutenção do serviço.



Em funcionamento desde setembro de 2023, a unidade conta com dez leitos habilitados para o atendimento de crianças que necessitam de cuidados intensivos. Durante esse período, conforme dados apresentados pela administração municipal, a Prefeitura de Venâncio Aires destinou mais de R$ 16 milhões de recursos próprios para sustentar as atividades, com investimentos médios de aproximadamente R$ 500 mil mensais. Em contrapartida, o repasse estadual informado pela gestão é de R$ 68 mil por mês.

O desequilíbrio entre as despesas e os recursos disponíveis tornou a continuidade do serviço financeiramente insustentável, segundo a Comissão Gestora. A decisão integra um conjunto de medidas adotadas para reduzir o déficit e reorganizar as contas do hospital, que está sob intervenção municipal desde março deste ano.

Unidade foi implantada para ampliar atendimento regional

A implantação da UTI Pediátrica representou um avanço na estrutura hospitalar de Venâncio Aires e da região. O serviço foi inaugurado em janeiro de 2023, após investimentos do Governo do Estado por meio do programa Avançar na Saúde, mas iniciou efetivamente os atendimentos em 4 de setembro daquele ano, depois de negociações relacionadas ao custeio.

Na implantação, o Estado destinou aproximadamente R$ 3,5 milhões para adequações na estrutura física e aquisição de equipamentos hospitalares. Desse montante, cerca de R$ 1,6 milhão foi aplicado em obras e R$ 1,8 milhão na compra de equipamentos.

A unidade foi planejada para atender crianças de 29 dias a 14 anos, oferecendo suporte intensivo a pacientes com quadros clínicos graves. Além de Venâncio Aires, a estrutura foi concebida para receber pacientes encaminhados pela regulação estadual de diferentes municípios, incluindo localidades do Vale do Rio Pardo.

Em abril de 2024, o Ministério da Saúde oficializou a habilitação de dez leitos de UTI Pediátrica tipo II, por meio da Portaria GM/MS nº 3.539. A medida representou o reconhecimento federal da estrutura, mas não foi suficiente para resolver os problemas financeiros relacionados à manutenção dos atendimentos.

Desde a abertura, o Município buscou ampliar os repasses federais pelo teto de Média e Alta Complexidade (MAC), além de obter complementações dos programas estaduais. Segundo a administração municipal, as negociações não resultaram no financiamento necessário para garantir a continuidade da unidade.

Prefeitura afirma que precisa priorizar outros serviços de saúde

O presidente da Comissão Gestora do Hospital São Sebastião Mártir e secretário municipal de Governança e Gestão, Tiago Quintana, lamentou a necessidade de suspender os atendimentos, mas afirmou que a decisão foi tomada diante da responsabilidade de administrar os recursos públicos e preservar os demais serviços oferecidos à população.

"Mais do que ninguém eu lutei para trazer e manter a nossa UTI Pediátrica. E fizemos isso enquanto foi possível. O prefeito Jarbas e o Município abraçaram o custo desse serviço durante todo esse tempo, buscando ampliação do teto MAC junto ao Governo Federal e complementação dos programas estaduais, porém sem sucesso", declarou.

Segundo Quintana, a manutenção de uma estrutura de alta complexidade com recursos predominantemente municipais passou a comprometer a capacidade de investimento em outras áreas consideradas essenciais.

"Agora, em um momento de dificuldades financeiras para a Prefeitura, não é justo com a população de Venâncio Aires seguir o pagamento mensal da alta complexidade estadual, enquanto faltam recursos para cobrir exames, fisioterapias e outros serviços municipais", ressaltou.

A administração argumenta que a responsabilidade pelo financiamento dos serviços regionais de alta complexidade precisa ser compartilhada entre os entes públicos, considerando que os atendimentos não se restringem aos moradores do município onde a estrutura está instalada.

Ocupação dos leitos foi considerada na decisão

Outro fator apresentado pela Comissão Gestora foi a taxa de utilização da UTI Pediátrica. Conforme Tiago Quintana, especialmente durante os meses de verão, a ocupação costuma ficar abaixo de 30% da capacidade instalada.

O secretário informou ainda que, durante 2026, apenas onze pacientes residentes em Venâncio Aires foram atendidos na unidade. O número, entretanto, não representa a totalidade das internações, já que o serviço também recebe crianças de outros municípios

por meio da regulação estadual.

Para a administração municipal, os dados demonstram a necessidade de reorganizar a oferta regional de leitos, considerando os períodos de maior demanda e o custo permanente de funcionamento.

Quintana afirmou que o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Governo do Estado já foram comunicados sobre a suspensão. Segundo ele, a gestão considera que os pacientes poderão ser atendidos por outras unidades de referência da rede estadual.

Intervenção busca recuperar equilíbrio financeiro do hospital

A suspensão da UTI Pediátrica ocorre em meio ao processo de recuperação financeira do Hospital São Sebastião Mártir. A intervenção municipal, iniciada em março de 2026, foi adotada com o objetivo de reorganizar a administração, revisar contratos, controlar despesas e enfrentar o endividamento da instituição.

Em setembro, a medida foi prorrogada por mais 180 dias, permitindo a continuidade do trabalho conduzido pela Comissão Gestora.

O prefeito Jarbas da Rosa manifestou apoio à decisão de suspender os atendimentos da UTI Pediátrica e destacou que a administração precisa ter responsabilidade tanto na implantação quanto na manutenção dos serviços públicos.

Segundo o prefeito, os sete primeiros meses de intervenção permitiram avanços no controle financeiro, com revisão de contratos e reorganização das despesas, sem prejudicar o atendimento à população.

"Em sete meses de intervenção, estamos conseguindo equilibrar as contas e contratos, mantendo o bom atendimento da população de Venâncio. Pela primeira vez em muito tempo, o Hospital não recorre a novos empréstimos bancários e, nos próximos dias, com a efetivação da compra do patrimônio, uma nova história vai começar para o São Sebastião", afirmou.

A aquisição do patrimônio hospitalar pelo Município também integra o processo de reorganização institucional e financeira, com a expectativa de proporcionar maior estabilidade à continuidade das atividades.

Prefeitura garantirá recursos para direitos trabalhistas

Com a suspensão do serviço, a Comissão Gestora também precisará promover o desligamento de profissionais vinculados à UTI Pediátrica.

Entretanto, a interrupção dos atendimentos em Venâncio Aires exigirá a organização dos encaminhamentos de crianças que necessitem de terapia intensiva. A disponibilidade de vagas e a definição dos hospitais de destino dependerão da regulação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A mudança também interessa diretamente a municípios próximos, como Vale Verde, Passo do Sobrado e Mato Leitão, cujos pacientes podem depender de estruturas hospitalares regionais para procedimentos de maior complexidade.

A suspensão dos leitos não significa necessariamente o desmonte definitivo da estrutura. Segundo a Comissão Gestora, os equipamentos e as instalações permanecerão disponíveis para uma eventual retomada, desde que sejam asseguradas condições adequadas de financiamento.

Entre as possibilidades mencionadas está a reativação sazonal da UTI Pediátrica, especialmente nos meses de maior demanda por internações, caso o Governo do Estado manifeste interesse e viabilize os recursos necessários.



O prefeito Jarbas da Rosa assegurou que o Município realizará um aporte financeiro extraordinário para garantir o pagamento das verbas rescisórias, de forma que os trabalhadores não sejam prejudicados em seus direitos.

A medida busca impedir que os custos trabalhistas decorrentes da suspensão comprometam o cronograma de redução do déficit hospitalar.

A Comissão Gestora informou que outras iniciativas de reestruturação financeira estão sendo preparadas e deverão ser anunciadas posteriormente. O objetivo, conforme a administração, é assegurar a continuidade dos serviços essenciais e criar condições de sustentabilidade econômica para o hospital.

Suspensão reacende debate sobre financiamento da saúde regional

A decisão de suspender a UTI Pediátrica do Hospital São Sebastião Mártir evidencia um problema enfrentado por instituições hospitalares que prestam serviços de referência regional: a dificuldade de manter estruturas de alta complexidade quando o financiamento não acompanha as despesas operacionais.

Diferentemente de atendimentos ambulatoriais, uma UTI exige equipes especializadas, equipamentos permanentes, medicamentos, monitoramento contínuo e disponibilidade de profissionais durante 24 horas, independentemente do número de pacientes internados.

Essa estrutura gera custos fixos elevados, mesmo nos períodos de menor ocupação. Por outro lado, a existência de leitos de terapia intensiva próximos aos municípios de origem pode ser determinante para o atendimento de pacientes em situações graves.

No caso de Venâncio Aires, o impasse envolve justamente o equilíbrio entre a importância assistencial da unidade e a capacidade financeira do Município de continuar sustentando um serviço destinado também à população regional.

Embora a Prefeitura tenha anunciado a devolução dos dez leitos ao Estado, ainda não foram detalhados publicamente o cronograma exato de encerramento das atividades, os hospitais que absorverão a demanda e os procedimentos de transição para garantir o atendimento dos pacientes.

Também permanece em aberto a possibilidade de uma nova negociação entre o Município e o Governo do Estado que permita a retomada futura das atividades.

Enquanto a administração municipal concentra esforços na recuperação financeira do São Sebastião Mártir, a suspensão da UTI Pediátrica coloca novamente em discussão a necessidade de um modelo de financiamento que distribua adequadamente os custos da assistência hospitalar regional, preservando tanto a sustentabilidade das instituições quanto o acesso da população aos serviços especializados.

Jovens constroem seu futuro no campo com negócios familiares e projetos comunitários

Programa Jovem Empreendedor Rural da JTI apoia a continuidade de negócios familiares e iniciativas coletivas de geração de renda

Por Gazeta Popular



O Programa Jovem Empreendedor Rural, da JTI, premiou 15 jovens em sua 11ª edição, em cerimônia realizada em 12 de novembro, no Auditório Leaf, na unidade de processamento da JTI, em Santa Cruz do Sul (RS).. A iniciativa apoia o desenvolvimento de negócios em propriedades familiares e de projetos comunitários de geração de renda, incentivando a permanência dos jovens no campo e o desenvolvimento das comunidades.

Com os vencedores de 2026, o programa chega a 149 jovens beneficiados desde 2015. A iniciativa conta com a parceria da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), da Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL) e do Instituto Crescer Legal.

Nesta edição, foram premiados cinco egressos de cada instituição. As categorias Individual e Comunitária reconheceram, respectivamente, projetos desenvolvidos em propriedades familiares e iniciativas com impacto nas comunidades rurais.

Os participantes também contaram com mentoria financeira oferecida em parceria com o Sicredi, com o objetivo de prepará-los para a apresentação dos projetos à banca avaliadora.

O Programa Jovem Empreendedor Rural incentiva a educação e a geração de renda como caminhos para a redução do trabalho infantil e para a ampliação das perspectivas de desenvolvimento das famílias. Os projetos reconhecidos ao longo dos anos mostram a diversidade de caminhos para empreender no meio rural, da produção de alimentos à inovação nas práticas agrícolas e à geração de renda nas comunidades.

Premiado na categoria Individual em 2025, Jariel Frederico Rockenbach cresceu vendo a família produzir morangos diretamente no solo. A formação na escola agrícola o fez enxergar outra possibilidade para aquela cultura. Com o incentivo do programa, montou sua própria estufa e começou a desenvolver uma atividade que pretende se transformar em sua principal fonte de renda.

Em Monte Alverne, no interior de Santa Cruz do Sul, Eduarda Cristina Brixius, 20 anos, foi uma das premiadas na categoria Comunitária em 2026. Com o projeto “Unidas Venceremos: Transformando Saberes em Oportunidades”, quer ajudar um grupo de 14 mulheres rurais a gerar renda com artesanato e culinária. A iniciativa nasceu dos encontros que acompanha desde menina, ao lado da mãe.

O futuro que Jariel começou a construir com as próprias mãos

“Quando eu comecei a estudar na EFASOL, esse interesse aumentou ainda mais e eu percebi que queria construir meu futuro no campo”, lembra Jariel, egresso da EFASOL. A formação o levou a escolher o cultivo protegido para o projeto “Produção

de Morangos em Cultivo Protegido – Estufa", buscando facilitar o manejo e melhorar a qualidade dos frutos.

A família apoiou a decisão e o motivou a seguir em frente. Para executar a proposta, porém, o jovem precisou buscar materiais em regiões mais distantes, já que havia poucos fornecedores próximos de sua propriedade. Encontrar os componentes da estufa e as mudas foi um dos primeiros desafios para colocar em prática o que havia aprendido.

"Com o prêmio de 2025, consegui dar os primeiros passos para colocar meu projeto em prática. Foi uma oportunidade muito importante, porque pude transformar uma ideia em realidade", conta. A construção também se tornou motivo de orgulho. "Toda a estufa fui eu que montei", diz.

A nova atividade passou a fazer parte do dia a dia da propriedade, com atenção diária à irrigação e à adubação. O trabalho trouxe para a rotina da família uma produção que depende de planejamento e acompanhamento constante. "O projeto trouxe novos aprendizados e responsabilidades para mim e para minha família", afirma Jariel.

Seu próximo objetivo é ampliar a estrutura, aumentar a produtividade e conquistar novos mercados. No futuro, quer que o morango deixe de ser apenas uma renda complementar e se torne sua principal atividade. "O principal objetivo é continuar trabalhando no campo e crescer profissionalmente e mostrar que nós, jovens, temos muitas oportunidades na agricultura", diz.



O projeto de Eduarda para multiplicar oportunidades entre mulheres

Estudante do sexto semestre de Medicina Veterinária na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e egressa da EFASC, Eduarda concilia a graduação com a participação no Unidas Venceremos. Quando as aulas impedem sua presença, a mãe leva os materiais e ensina em casa o que foi feito no encontro. "Cada mulher faz um pouquinho, uma aprende com a outra", conta.

O grupo nasceu em 2017, a partir de uma reunião promovida pela Emater, e reúne principalmente mulheres de 40 a 60 anos. Os encontros acontecem nas casas das integrantes, onde cada anfitriã compartilha algo que sabe fazer. "É principalmente a valorização desses saberes das mulheres, de todas aprenderem com todas", relata.

Eduarda quer que esse espaço de troca também ajude a ampliar a autonomia financeira das participantes. Até agora, cada uma custeia seus materiais e atividades, e o preço de cursos impede que algumas façam novas capacitações. "O projeto vem justamente para esse dinheiro poder ajudá-las a fazer cursos, a comprar novas coisas para o grupo e, a partir disso, começar a gerar uma renda, tanto para o grupo quanto para as mulheres", explica.

Os recursos da premiação serão usados em capacitações e na compra de materiais de artesanato, utensílios de costura e equipamentos de cozinha. Entre os primeiros planos está a produção de peças natalinas para comercialização. Ter seus próprios materiais também permitirá ao grupo diminuir a necessidade de transportar objetos das casas das integrantes a cada encontro.

No longo prazo, o desejo é construir uma sede onde as mulheres possam se reunir, fazer cursos e guardar o que conquistarem juntas. "Eu acredito que esse seja um grande sonho para todas elas, ter um espaço próprio", afirma Eduarda. Ao falar das companheiras, ela resume a confiança que deposita no projeto: "Unidas, elas fazem a diferença. Unidas, elas vencem".

"Os projetos de Jariel e Eduarda mostram como o apoio aos jovens pode fortalecer os negócios familiares e criar oportunidades de geração de renda nas comunidades. Queremos que eles encontrem condições para colocar seus conhecimentos em prática e construir seu futuro no campo. Nas próximas edições, seguiremos com esse trabalho, incentivando novas ideias e valorizando a participação dos jovens no desenvolvimento das comunidades rurais", afirma Sirlei Kloppel, da JTI.

Venâncio Aires cancela desfiles do Carnaval 2027 e anuncia prioridade à saúde

Prefeitura estima em R$ 500 mil o custo dos dois dias de apresentações; decisão ocorre após reunião com a Liga do Samba e anúncio de desistência da escola Négo

Por Gazeta Popular



A Prefeitura de Venâncio Aires anunciou nesta sexta-feira, 13 de novembro, o cancelamento dos desfiles de rua do Carnaval 2027. Conforme comunicado da Administração Municipal, a decisão foi tomada após reunião com a Liga do Samba de Venâncio Aires (Lisva) e decorre das dificuldades financeiras do Município. O Executivo afirma que pretende direcionar os recursos economizados para demandas da saúde.

A estimativa apresentada pela Prefeitura é de que os dois dias de desfiles custariam aproximadamente R$ 500 mil. Além das cotas destinadas às agremiações, o Município mantém parceria com a Liga para organizar o evento e assume integralmente despesas de infraestrutura, como som, iluminação, gradis, segurança, banheiros públicos e mídia.

O cancelamento ocorre em um cenário no qual já estavam previstas a redução dos repasses às escolas de samba e medidas de economia no setor de eventos.

Em manifestação nas redes sociais, o prefeito Jarbas da Rosa atribuiu a decisão à frustração de receitas de emendas e de recursos próprios. Segundo ele, a prioridade é atender pacientes que aguardam exames, fisioterapia e cirurgias.

“Com a frustração de receitas de emendas e recursos próprios, é preciso realocar recursos de outras áreas para atendermos nossa fila por exames, fisioterapias e cirurgias. Nesse momento, é a medida necessária e contamos com a compreensão do presidente da Lisva, Valdir Ferreira”, afirmou o prefeito.

O comunicado municipal não detalha quanto será destinado a cada serviço de saúde nem apresenta um cronograma para aplicação dos recursos.

Négo já havia anunciado que não desfilaria

Na véspera do anúncio municipal, a Associação Négo Futebol Clube, mantenedora da escola Acadêmicos do Samba Négo, havia comunicado que não participaria dos desfiles de 2027. Em nota divulgada na quinta-feira, 12, a entidade relacionou a decisão ao período de reestruturação e reformas, somado às condições financeiras apresentadas para a próxima edição.

Entre as dificuldades apontadas pela escola estavam a proposta de repasse inferior ao destinado ao Carnaval 2026 e a falta de definição sobre a data do pagamento. Segundo a associação, essas condições comprometiam o planejamento e a preparação do desfile.

Escola mantém bailes e projeto cultural

A suspensão anunciada pela Prefeitura refere-se aos desfiles de rua. No comunicado em que anunciou sua ausência da avenida, o Négo confirmou a realização do Baile de Carnaval em 6 de fevereiro de 2027 e do Bailinho Infantil em 9 de fevereiro.

A entidade também informou que dará continuidade ao Projeto Fábrica de Carnaval e a outras ações de valorização da cultura carnavalesca ao longo do ano. Na mesma nota, manifestou a intenção de retornar aos desfiles em 2028.

Emanuel pede prioridade para exames oncológicos e conclusão de obras de iluminação

Vereador apresentou indicação para agilizar atendimentos na saúde e cobrou a finalização dos serviços nas ruas São José e João Augusto Fengler

Por Gazeta Popular



O vereador Emanuel Helfer Kroth apresentou, durante a 93ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, realizada na noite de 9 de novembro, a Indicação nº 50/2026, que solicita ao Executivo Municipal a criação de um fluxo prioritário para o agendamento e a realização de exames voltados à prevenção e à investigação do câncer.

A proposta busca reduzir a espera de pacientes com solicitações médicas para procedimentos como mamografias, biópsias e outros exames necessários à investigação de suspeitas de doenças oncológicas. A intenção é estabelecer um encaminhamento prioritário, evitando que esses casos permaneçam nas filas convencionais de regulação.

Com a iniciativa, o parlamentar pretende contribuir para o diagnóstico precoce e possibilitar que os pacientes tenham acesso mais rápido aos cuidados necessários. A indicação solicita a adoção da medida pelo Executivo, mas não representa a implantação automática do atendimento prioritário.

Na mesma sessão, Emanuel voltou a cobrar a conclusão das obras de iluminação pública nas ruas São José e João Augusto Fengler. Segundo o vereador, os serviços estão em andamento há algum tempo e precisam ser finalizados para atender às necessidades dos moradores.

O parlamentar destacou a importância da iluminação para melhorar as condições de circulação e a segurança de quem utiliza essas vias.

STF mantém início da escala 5×2 em dezembro e permite negociar distribuição das folgas

Jornada será reduzida para 42 horas semanais, sem diminuição salarial; Sindilojas-VRP orienta comerciantes sobre adaptação e limites da flexibilização

Por Gazeta Popular

A redução da jornada de trabalho de 44 para 42 horas semanais está mantida para 16 de dezembro de 2026, com direito a dois repousos remunerados e preservação dos salários. Em decisão liminar concedida na quinta-feira, 12, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou o adiamento solicitado por entidades empresariais, mas autorizou ajustes na distribuição das folgas por negociação coletiva. No Vale do Rio Pardo, o Sindilojas-VRP orienta os comerciantes a planejarem a transição e observarem os instrumentos coletivos aplicáveis às suas empresas.

A decisão foi proferida nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 8.041 e 8.042, apresentadas, respectivamente, pela

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). As entidades questionam dispositivos da Emenda Constitucional 141/2026 e reivindicam mais tempo para implementar as mudanças. A liminar ainda será submetida ao Plenário do Supremo.

Folgas poderão ser compensadas em períodos diferentes

Um dos principais pontos da decisão permite que acordos ou convenções coletivas estabeleçam prazos mais longos para a compensação dos descansos. Assim, as folgas poderão ser usufruídas fora da mesma semana ou do mesmo mês, desde que o direito aos dois repousos remunerados seja integralmente preservado.

Ao fundamentar a flexibilização, Dino considerou as particularidades de atividades sujeitas a variações de demanda, como comércio, serviços, turismo e agricultura, além de operações em embarcações e plataformas marítimas. A mudança permite negociar o momento de concessão dos descansos, sem eliminar esse direito.

A assessora jurídica do Sindilojas-VRP, Adriane Borba Karsburg, ressalta que a medida não autoriza os empregadores a modificar as escalas por iniciativa própria.

"A decisão reconhece que determinadas atividades econômicas exigem maior flexibilidade na organização das jornadas, mas condiciona esses ajustes à negociação coletiva. Isso significa que as empresas precisam observar os instrumentos coletivos aplicáveis e garantir a compensação integral dos descansos", explica.



Transição permite jornadas de até 8h24min

Caso não haja acordo ou convenção coletiva até 15 de dezembro, as 42 horas semanais poderão ser distribuídas em cinco dias, com jornadas de até oito horas e 24 minutos. Nessa hipótese, os 24 minutos que excederem a oitava hora diária não terão adicional de horas extras.

Essa regra valerá até 15 de dezembro de 2027. No dia seguinte, está prevista a entrada em vigor da jornada de 40 horas semanais. A redução deverá preservar a remuneração dos trabalhadores, inclusive os pisos salariais das categorias.

Para o presidente do Sindilojas-VRP, Mauro Spode, a proximidade da mudança com o Natal amplia o desafio de reorganização dos estabelecimentos.

"O comércio possui particularidades que precisam ser consideradas, especialmente em períodos de maior movimento, como o Natal, quando as empresas ampliam o atendimento e precisam manter suas operações. A decisão abre espaço para ajustes, mas o prazo de implantação permanece muito curto, principalmente para os pequenos negócios", avalia.

Prazo de negociação não adia a nova jornada

A liminar também concede 90 dias, contados de 16 de dezembro, para renegociar eventuais contrapartidas de acordos e convenções coletivas vigentes. As cláusulas incompatíveis com a emenda deixam de produzir efeitos na entrada em vigor das novas regras. A falta de renegociação, entretanto, não permite extinguir ou modificar unilateralmente as demais contrapartidas pactuadas.

Segundo Adriane, esse período deve ser utilizado para adequar os instrumentos coletivos, sem interpretar o prazo como uma suspensão da nova jornada. A entidade recomenda análise jurídica antes de alterar horários, folgas ou condições de trabalho.

Pequenos negócios e proteção dos trabalhadores

Dino também fez um apelo ao Congresso para regulamentar regimes diferenciados e condições de implementação para microempresas e empresas de pequeno porte. A necessidade dessa regulamentação não representa dispensa automática das novas regras para esses estabelecimentos.

Spode destaca que negócios com equipes reduzidas enfrentam dificuldades para reorganizar horários ou contratar mais funcionários. Para o dirigente, a transição precisa considerar a capacidade econômica das empresas e a manutenção dos empregos.

Na audiência de conciliação realizada no STF em 10 de novembro, o Ministério Público Federal defendeu a mudança como um avanço nos direitos sociais. A instituição sustentou que as negociações devem tratar dos ajustes necessários à implementação, preservando os direitos assegurados pela emenda.

O Sindilojas-VRP seguirá acompanhando os desdobramentos da decisão. A orientação aos empresários é preparar as escalas, consultar as convenções coletivas e acompanhar o julgamento pelo Plenário, que poderá confirmar ou modificar a liminar.

PIM celebra 18 anos em Santa Cruz com mais de 2 mil famílias atendidas

Encontro regional na Unisc reuniu profissionais para debater parentalidade positiva, brincadeiras e alimentação na primeira infância

Por Gazeta Popular



O cuidado com gestantes, crianças e suas famílias marcou o encontro regional em comemoração aos 18 anos do Primeira Infância Melhor (PIM) em Santa Cruz do Sul, realizado nesta sexta-feira, 13 de novembro, na sala 101 da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). A atividade reuniu representantes dos municípios que desenvolvem o programa na área de abrangência da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS).

Ao longo de sua trajetória no município, o PIM atendeu 2.060 famílias, com acompanhamento de 2.097 crianças e 999 gestantes. Conforme os dados apresentados pela organização, o trabalho alcançou 13 comunidades e 257 logradouros.

Presente no encontro, a secretária municipal de Saúde, Denise Graebner, destacou o empenho dos profissionais e a relação construída com as famílias.

"É uma alegria participar deste momento, em que estamos celebrando o trabalho do PIM, em Santa Cruz. É uma história construída com muito carinho, compromisso e, em especial, muito amor com nossas famílias. Quero deixar meu reconhecimento aos que fazem a diferença na vida de nossas crianças", afirmou.

A coordenadora municipal do PIM, Ediane Torres, ressaltou que a programação foi preparada para promover a troca de conhecimentos sobre os desafios do atendimento à primeira infância.

"Trabalhar com gestantes e com crianças é um desafio diário, mas a gente ama o que faz e a gente acredita muito no impacto que fazemos na vida das nossas crianças", declarou. A diretora médica da Atenção Básica em Saúde, Clauceane Venztke Zell, também acompanhou o evento.

Formação e troca de experiências

A programação começou com o tema "Parentalidade Positiva", apresentado pela enfermeira Thaise da Rocha Ferraz, mestre em Ciências da Saúde e atuante no Programa Saúde na Escola (PSE).

Na sequência, a pedagoga Maria Liane do Nascimento, especialista em Gestão Escolar, abordou "Brincar é coisa séria: o brincar como caminho para o desenvolvimento na primeira infância". A nutricionista Ana Paula Nunes Marques complementou as atividades com uma palestra sobre introdução alimentar.

Os assuntos discutidos integram o cotidiano das equipes que acompanham as famílias, com atenção às relações de cuidado e às diferentes necessidades do desenvolvimento infantil.

Acompanhamento e reconhecimento

O Primeira Infância Melhor é uma política pública estadual voltada à promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. Sua atuação ocorre por meio de visitas domiciliares e atividades coletivas periódicas, com propostas lúdicas organizadas a partir de planos singulares de atendimento e da articulação com a rede de serviços.

Em Santa Cruz do Sul, a trajetória também é marcada pelo reconhecimento das experiências desenvolvidas. O programa soma quatro conquistas no Prêmio Salvador Célia, incluindo a premiação prevista para ser entregue ainda neste mês, na qual foi vencedor da Macrorregião dos Vales.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/pim-celebra-18-anos-em-santa-cruz-com-mais-de-2-mil-familias-atendidas/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Luciano Silveira é indicado por unanimidade pelo MDB para presidir Assembleia Legislativa em 2028

Reeleito com 64.235 votos, deputado do Litoral Norte foi escolhido pela bancada emedebista dentro do acordo de rodízio entre os maiores partidos do Parlamento gaúcho

Por Gazeta Popular

A bancada do MDB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul confirmou, por unanimidade, a indicação do deputado estadual Luciano Silveira para assumir a presidência do Parlamento gaúcho em 2028. A escolha integra o acordo de rodízio estabelecido entre as quatro maiores bancadas da próxima legislatura, que prevê a alternância anual no comando da Casa.

A definição foi construída por meio de articulações internas do partido e contou com o apoio dos deputados eleitos Beto Fantinel, Edivilson Brum, Rafael Braga e Roberto Lucchese. O consenso em torno de Luciano reforça a unidade da bancada emedebista e sua participação nas decisões políticas que irão orientar os trabalhos da Assembleia nos próximos anos.

Pelo entendimento entre as bancadas, a presidência deverá ser exercida por Kelly Moraes (PL) em 2027, Luciano Silveira (MDB) em 2028, Jeferson Fernandes (PT) em 2029 e um representante do Progressistas (PP) em 2030. As indicações ainda precisarão ser confirmadas pelas eleições internas do Legislativo em cada período.



Natural de Osório, no Litoral Norte, Luciano Silveira foi reeleito deputado estadual nas eleições de outubro de 2026, conquistando 64.235 votos e garantindo seu segundo mandato consecutivo. O parlamentar recebeu votos em 441 dos 497 municípios gaúchos, demonstrando presença eleitoral em diferentes regiões do Estado.

Sua trajetória política começou no Legislativo municipal de Osório, onde foi eleito vereador em 2004. Na Assembleia Legislativa, presidiu a Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca e Cooperativismo e exerce a liderança da bancada do MDB. Ao longo do mandato, concentrou sua atuação em pautas relacionadas à saúde, infraestrutura, educação, agricultura e desenvolvimento regional, especialmente nas demandas apresentadas pelos municípios.

A indicação para a presidência representa um novo momento na carreira política do parlamentar. Entre as responsabilidades do cargo estão a condução das sessões plenárias, a coordenação dos trabalhos legislativos, a administração da estrutura da Assembleia e a representação institucional do Poder Legislativo gaúcho.

Ao agradecer a confiança dos colegas, Luciano destacou a importância do diálogo entre as diferentes forças políticas e o compromisso de aproximar o Parlamento da população.

"Recebo essa indicação com muita honra, gratidão e, acima de tudo, com a consciência da responsabilidade que representa presidir o Parlamento gaúcho. Agradeço aos meus colegas da bancada do MDB pela confiança depositada em meu nome. A Assembleia Legislativa é a casa de todos os gaúchos, onde diferentes ideias e posições precisam encontrar espaço para o diálogo e a construção de soluções", afirmou.

O deputado também ressaltou que pretende exercer a função com responsabilidade e atenção às necessidades da população. "Será um grande desafio, que encaro com humildade, disposição para trabalhar e o compromisso de aproximar cada vez mais o Parlamento das pessoas", acrescentou.

A futura gestão deverá ter como um dos principais desafios a articulação entre deputados, Governo do Estado e administrações municipais, especialmente diante das demandas por investimentos em infraestrutura, fortalecimento da saúde pública, apoio ao setor produtivo e desenvolvimento das diferentes regiões gaúchas.

Com a escolha de Luciano Silveira, o MDB assegura sua indicação para comandar o Legislativo estadual em 2028, mantendo a participação do partido na estrutura de direção da Assembleia. A efetivação no cargo dependerá da eleição interna prevista para o respectivo período.

Projeto prevê retorno do nome da cidade e do estado às placas dos veículos no Brasil

Proposta já foi aprovada pelo Senado e por uma comissão da Câmara dos Deputados. Mudança não obrigaria motoristas a substituir as placas atuais e passaria a valer um ano após a publicação da lei.

Por Gazeta Popular

As placas dos veículos brasileiros poderão voltar a apresentar o nome do município e do estado onde estão registrados. A mudança está prevista no Projeto de Lei nº 3.214/2023, que tramita na Câmara dos Deputados e pretende alterar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). A proposta também determina a inclusão da bandeira da respectiva unidade da Federação, recuperando informações que deixaram de aparecer com a implantação do padrão Mercosul.

De autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), o projeto já foi aprovado pelo Senado Federal e recebeu parecer favorável da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados em 8 de abril de 2026. Atualmente, a matéria aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), responsável pela próxima etapa de análise.



A proposta tem como principal justificativa facilitar a identificação da procedência dos veículos, especialmente em situações que envolvam fiscalização de trânsito, infrações, roubos, furtos e outras ocorrências policiais.

Segundo o autor, a identificação visível da cidade e do estado também poderá contribuir para o trabalho dos órgãos de segurança pública, permitindo reconhecer mais rapidamente veículos registrados em outras localidades.

O deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ), relator da matéria na Comissão de Viação e Transportes, defendeu a aprovação da proposta. Além dos aspectos relacionados à fiscalização, ele destacou a importância cultural da identificação regional dos automóveis.

Na avaliação do parlamentar, a medida poderá reforçar o sentimento de pertencimento dos cidadãos às suas cidades e estados, além de permitir que moradores identifiquem com maior facilidade veículos provenientes de outras regiões.

Motoristas não precisarão trocar as placas atuais

Um dos principais pontos do projeto é que a mudança não exigirá a substituição imediata das placas dos veículos que já estão em circulação.

O texto estabelece que, caso a proposta seja transformada em lei, as novas exigências entrarão em vigor somente após 365 dias da publicação oficial. A identificação do município, do estado e da bandeira estadual será obrigatória apenas para os emplacamentos realizados depois desse prazo.

Dessa forma, proprietários de veículos já emplacados poderão continuar utilizando suas placas atuais, sem necessidade de realizar uma nova despesa exclusivamente para atender à legislação.

A substituição voluntária poderá ser realizada pelos motoristas interessados, conforme as regras que forem estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Mudança poderá beneficiar a identificação de veículos nas cidades

Nos municípios do Vale do Rio Pardo, como Passo do Sobrado, Vale Verde, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Rio Pardo, a eventual aprovação da proposta permitirá que a identificação da cidade de registro volte a ser visualizada diretamente nas placas.

Atualmente, veículos registrados em municípios diferentes apresentam o mesmo padrão nacional de identificação, sem referência visível à localidade de origem.

Com a mudança, seria possível reconhecer, por exemplo, um automóvel registrado em Vale Verde ou Passo do Sobrado sem a necessidade de consultar os sistemas eletrônicos de trânsito.

A identificação também poderá auxiliar na observação do fluxo de veículos de outras regiões, embora a cidade de registro não indique necessariamente o município de residência atual do motorista.

Padrão Mercosul é utilizado desde 2020

O modelo de placas do Mercosul tornou-se obrigatório no Brasil para os novos emplacamentos a partir de 31 de janeiro de 2020, substituindo gradualmente o antigo sistema de identificação.

O padrão atual utiliza sete caracteres alfanuméricos, distribuídos em uma combinação de quatro letras e três números, além de apresentar fundo branco, faixa azul superior, identificação do Brasil e um código QR Code.

Esse código permite a verificação de informações relacionadas à identificação e à autenticidade da placa por meio dos sistemas oficiais.

Diferentemente das placas cinzas utilizadas anteriormente, o modelo Mercosul não apresenta o nome da cidade nem a sigla do estado em que o veículo está registrado.

A retirada dessas informações foi uma das alterações mais perceptíveis para os motoristas durante a implantação do novo sistema.

O projeto em discussão não determina o abandono do padrão Mercosul, mas propõe acrescentar a identificação regional às placas, mantendo a estrutura nacional de registro dos veículos.

Proposta ainda precisa de aprovação definitiva

O Projeto de Lei nº 3.214/2023 foi apresentado em junho de 2023 e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado em junho de 2024, em decisão terminativa. Posteriormente, foi encaminhado à Câmara dos Deputados.

Na Câmara, a Comissão de Viação e Transportes aprovou o parecer favorável em abril deste ano. A próxima análise será realizada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A tramitação ocorre em caráter conclusivo nas comissões, o que significa que a proposta poderá ser aprovada sem votação no plenário da Câmara, salvo se houver recurso para essa finalidade.

Como o texto já passou pelo Senado, não será necessária uma nova votação naquela Casa caso a Câmara aprove a versão recebida sem alterações. Se houver mudanças no conteúdo, a proposta poderá retornar aos senadores.

Após a conclusão da tramitação legislativa, o projeto seguirá para sanção ou veto presidencial.

Até que essas etapas sejam concluídas, **as regras atuais de emplacamento permanecem em vigor**, sem qualquer obrigação de incluir nomes de municípios ou estados nas placas dos veículos.

Campanha “Compre Aqui, Ganhe Aqui” vai distribuir R$ 10 mil em prêmios

Quinta etapa da iniciativa busca incentivar o consumo no comércio local e valorizar os prestadores de serviços; sorteio está marcado para 10 de janeiro de 2027

Por Gazeta Popular



A quinta etapa da campanha “Compre Aqui, Ganhe Aqui” já está sendo organizada, com o objetivo de estimular as compras no comércio local, fortalecer a economia do município e valorizar os consumidores e prestadores de serviços. Nesta edição, serão distribuídos R$ 10 mil em prêmios, com sorteio previsto para o dia 10 de janeiro de 2027.

Uma das características da campanha é a possibilidade de participação de diferentes segmentos da economia. Além dos estabelecimentos comerciais, qualquer prestador de serviços que possua alvará municipal poderá aderir à iniciativa e disponibilizar bilhetes aos seus clientes. Entre os profissionais que podem participar estão taxistas, barbeiros, pedreiros, pintores e trabalhadores de outras atividades devidamente regularizadas.

A premiação será dividida em 12 contemplações. O primeiro prêmio será de R$ 3 mil, enquanto o segundo contemplado receberá R$ 2 mil. Do terceiro ao décimo segundo prêmio, serão sorteados dez valores de R$ 500 cada.

Para concorrer, os consumidores deverão preencher corretamente os bilhetes recebidos nas compras ou na contratação de serviços, informando nome completo, telefone, CPF e identificação do estabelecimento participante. O nome do estabelecimento poderá ser carimbado ou preenchido manualmente. Depois disso, os bilhetes deverão ser depositados em uma das urnas disponíveis nos locais participantes.

Os comerciantes e prestadores de serviços interessados em aderir à campanha poderão retirar as cartelas e urnas na Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, localizada na Rua Francisco Pappen, nº 271, no Casarão. Também está prevista a entrega posterior dos materiais aos participantes que não conseguirem realizar a retirada diretamente no local.

A iniciativa está vinculada ao Programa de Integração Tributária (PIT), que incentiva a emissão de documentos fiscais e promove ações de educação fiscal. Por meio desse mecanismo, recursos provenientes do programa são revertidos em iniciativas que beneficiam a comunidade e estimulam a regularização das atividades econômicas.

Além da distribuição de prêmios, a campanha procura conscientizar os consumidores sobre a importância de comprar no próprio município e solicitar a nota fiscal. A circulação de recursos no comércio local contribui para a manutenção dos negócios, a geração de empregos e o fortalecimento das atividades de prestação de serviços.

Com a realização da quinta edição, a expectativa é ampliar a participação de estabelecimentos e profissionais, incentivando a população a prestigiar as empresas e os trabalhadores locais, ao mesmo tempo em que concorre aos prêmios oferecidos.

Passo do Sobrado e Vale Verde integram proposta regional do Cisvale para destinação de resíduos

Com manifestação de interesse de 20 municípios, consórcio busca apoio federal para estruturar futura concessão; diagnóstico apresentado em junho apontou mais de 78 mil toneladas de resíduos por ano em 16 cidades

Por Gazeta Popular

Passo do Sobrado e Vale Verde estão entre os 20 municípios que manifestaram interesse em participar da proposta regional de gestão e destinação de resíduos sólidos articulada pelo Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (Cisvale). O projeto teve novos encaminhamentos nesta quinta-feira, 12 de novembro, durante reunião do presidente do consórcio, Gilson Becker, no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), em Brasília.

A iniciativa busca apoio federal para estruturar um modelo de concessão ou parceria público-privada (PPP), com estudos técnicos, econômicos e jurídicos que orientem uma futura contratação. O objetivo é construir uma solução conjunta que amplie a eficiência dos serviços, melhore a destinação dos resíduos e ofereça viabilidade econômica aos municípios.

Becker esteve acompanhado do vice-prefeito de Vera Cruz, Ângelo Hoff. Na reunião com a equipe do Ministério, foram avaliados o andamento da proposta e os procedimentos necessários à continuidade do projeto. A agenda deu sequência às tratativas realizadas em junho, em Santa Cruz do Sul.



"Estamos acompanhando de perto cada encaminhamento e reiterando o interesse do Cisvale em consolidar essa parceria. O Ministério também demonstrou satisfação com a agilidade do processo e com a mobilização dos municípios. Nossa intenção é dar continuidade a esse trabalho com a maior brevidade possível, respeitando todas as etapas necessárias", afirmou Becker.

Projeto ainda depende de estudos e formalização

Os municípios participantes trabalham no preenchimento de informações técnicas e nos encaminhamentos administrativos e legislativos necessários. A manifestação de interesse representa uma etapa preparatória: a futura concessão dependerá da estruturação do projeto e dos procedimentos de contratação.

O apoio pretendido está vinculado ao programa Parcerias Brasil e ao Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS). Conforme o Governo Federal, esse mecanismo oferece suporte técnico para desenvolver projetos de concessões e PPPs em áreas como saneamento e resíduos sólidos, podendo atender municípios e consórcios públicos.

A atuação do fundo contempla os serviços técnicos necessários para viabilizar a licitação. Portanto, o avanço das tratativas não significa que uma empresa já tenha sido escolhida ou que a operação regional esteja contratada. No comunicado sobre a reunião de quinta-feira, não foram apresentados valor de investimento, prazo de concessão ou data para início dos serviços.

Debate regional começou em 2013

A busca por uma solução compartilhada vem sendo construída pelo Cisvale desde 2013. O trabalho está relacionado ao Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a diagnósticos atualizados pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

Segundo informações divulgadas pelo consórcio em junho, um diagnóstico envolvendo 16 municípios identificou uma população superior a 381 mil habitantes, geração anual de mais de 78 mil toneladas de resíduos e despesas acima de R$ 41 milhões por ano com a destinação final. Esses números correspondem ao recorte do levantamento e não ao conjunto dos 20 municípios que atualmente manifestam interesse na proposta.

O estudo também apontou oportunidades para ampliar a reciclagem, a compostagem e o aproveitamento dos materiais descartados. Essas alternativas podem reduzir o volume encaminhado aos aterros e melhorar a eficiência da gestão regional.

Consórcio busca pioneirismo no programa federal

Segundo Becker, os representantes do Ministério demonstraram interesse em que o Cisvale esteja entre os primeiros consórcios a concluir a formalização da parceria no âmbito do programa. A expectativa apresentada pelo consórcio é alcançar uma posição pioneira no Sul do Brasil nessa modalidade de estruturação com apoio federal.

"Temos a oportunidade de colocar o Vale do Rio Pardo em uma posição de referência na construção de soluções regionais para os resíduos sólidos. É um trabalho que exige articulação, responsabilidade e continuidade. Estamos buscando as condições necessárias para transformar um projeto construído ao longo de muitos anos em uma solução concreta para os municípios", destacou.

Municípios com manifestação de interesse

Integram a relação apresentada pelo Cisvale: Boqueirão do Leão, Butiá, Candelária, Canudos do Vale, Encruzilhada do Sul, Forquetinha, Gramado Xavier, Herveiras, Marques de Souza, Mato Leitão, **Passo do Sobrado**, Progresso, Rio Pardo, Santa Clara do Sul, Sério, Sinimbu, Vale do Sol, **Vale Verde**, Venâncio Aires e Vera Cruz.

— Leia a matéria original

https://gazetapopular.com/passo-do-sobrado-e-vale-verde-integram-proposta-regional-do-cisvale-para-destinacao-de-residuos/

Acesse o link ou escaneie o QR Code para consultar a publicação e suas atualizações.

Jornal

GAZETA POPULAR

Capela dos Cunha, 453 - Passo do Sobrado/RS

www.gazetapopular.com

Onde acessar as edições:

www.gazetapopular.com/jornal/



Moraes Comunicações
CGC: 04.405.713/0001-96
Insc. Estadual: 387/0006392
Insc. Mun.: 20.062/216

Reg. Cart.: 004
Data da Primeira Edição: 21/02/1998
Circ. Semanal aos Sábados

Telefone / WhatsApp

Vivo - 51 9.9844-4002 - WhatsApp

redacao@gazetapopular.net
comercial@gazetapopular.net

Diretor e jornalista responsável

Anderson Luiz de Moraes
Reg. MTb: 10.554
redacao@gazetapopular.net

Horário de atendimento da Redação

De segunda a sexta-feira
Pela manhã: das 8 horas às 11h30min
Pela tarde: das 13 horas às 18 horas

Fechamento da edição

Publicação de matérias, homenagens e textos: quinta-feira às 18 horas. Material entregue após este horário será publicado na edição da semana seguinte.

O jornal Gazeta Popular não se responsabiliza por conceitos e opiniões emitidos nos artigos assinados, a pedidos, colunas e matérias assinadas por assessorias, assim como não faz a correção ortográfica dos mesmos. Não devolvemos os artigos e/ou matérias originais, publicados ou não, nem mesmo as fotos.

Direitos autorais reservados. Não autorizamos a divulgação, bem como cópia do conteúdo desta edição.

O Jornal Gazeta Popular utiliza ferramentas de inteligência artificial e automação como apoio à produção de matérias e à diagramação de suas edições, sob supervisão e revisão jornalística. A responsabilidade editorial pelo conteúdo publicado é da Gazeta Popular. As reportagens podem ser atualizadas quando houver novas informações relevantes ou necessidade de correção. Caso identifique algum erro, entre em contato com a redação pelos canais de atendimento do jornal.